

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

VEGANISMO ALÉM DO PRATO: considerações histórico-geográficas e o posicionamento de ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo nas mídias sociais

Alana Ferreira Barbero

Prof^a.Dr^a. Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

Rio Claro (SP)

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

ALANA FERREIRA BARBERO

VEGANISMO ALÉM DO PRATO: CONSIDERAÇÕES
HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS E O POSICIONAMENTO DE
ATIVISTAS E GRUPOS VEGANOS DO ESTADO DE SÃO
PAULO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto
de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de
Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau
de Bacharelado e Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP

2023

B234v Barbero, Alana Ferreira

Veganismo além do prato : considerações histórico-geográficas e o posicionamento de ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo nas mídias sociais / Alana Ferreira Barbero. -- Rio Claro, 2023

57 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

1. Veganismo. 2. Ativistas. 3. Exploração. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ALANA FERREIRA BARBERO

**VEGANISMO ALÉM DO PRATO: CONSIDERAÇÕES
HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS E O POSICIONAMENTO DE
ATIVISTAS E GRUPOS VEGANOS DO ESTADO DE SÃO
PAULO NAS MÍDIAS SOCIAIS**

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Licenciatura e
Bacharelado em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

Prof.^a Dr.^a Glaucia Elisa Mardegan

Prof. Me. João Paulo Rosalin

Rio Claro, 11 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **ALANA FERREIRA BARBERO**
Data: 11/12/2023 14:07:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) aluno(a)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA BERNADETE SARTI DA SILVA CARVALHO**
Data: 11/12/2023 10:38:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Sou grata a meus pais, Clóvis e Valéria, pelo incentivo aos estudos e por todo o apoio incondicional.

Agradeço a minha querida avó, Maria Aparecida, por todo o amor e ensinamentos que me deu durante sua vida.

Todo meu agradecimento à Giovanna, por todo o apoio durante minha formação e por sempre acreditar nas minhas capacidades. Por todas as palavras de incentivo e de afeto, fazendo com que essa jornada se tornasse mais leve.

À minha psicanalista Rebeca, por todo apoio e incentivo.

Aos amigos que fiz durante a graduação, em especial a Lívia, por fazer com que as aulas e o cotidiano fossem repletos de momentos especiais. Também agradeço ao Fernando, Livia, Carol e Tiago, por toda a parceria.

Às minhas amigas paulistanas Denise, Renata e Jade.

À minha professora orientadora Maria Bernadete, pela confiança e liberdade.

Aos meus professores, por fazerem parte da minha formação.

Agradeço a mim mesma por persistir, por aprender a lidar com os desafios e por reconhecer a importância do meu bem-estar emocional ao longo desse caminho.

Os animais do mundo existem por suas próprias razões. Não foram feitos para os seres humanos, do mesmo modo que os negros não foram feitos para os brancos, nem as mulheres para os homens. (Alice Walker).

RESUMO

O referido trabalho aborda a evolução das relações entre seres humanos, não-humanos e a natureza ao longo da história, destacando como uma harmonia inicial foi moldada para servir ao sistema capitalista. O estudo identifica a importância da análise de agentes que possam dissolver a narrativa de exploração e opressão, tanto em relação aos animais humanos quanto aos não humanos. Portanto, argumentamos que o veganismo pode ser um catalisador para a compreensão das opressões que afetam ambos os grupos, humanos e não-humanos, decorrendo da mesma lógica exploratória. O trabalho também procura investigar a causa de uma perspectiva elitista quanto ao veganismo, evidenciando que, desde sua fundação, o veganismo carregou características da chamada *Vegan Society*, a qual estava interessada apenas no debate sobre alimentação, deixando de lado as causas político-sociais. Além disso, o trabalho traz à tona dados sobre a produção de animais para exportação, os impactos da Revolução Verde e a insegurança alimentar no Brasil para enfatizar a necessidade de uma perspectiva mais crítica e interseccional nas lutas sociais. Sendo assim, o trabalho buscou analisar o posicionamento de ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo nas mídias sociais, especificamente o *Instagram* desses agentes, com o objetivo de investigar se eles contribuem para uma visão do veganismo como uma ferramenta de mudança política e social, além de uma escolha alimentar. Por meio da análise de 18 ativistas e grupos veganos nas redes sociais, a pesquisa revelou que esses agentes adotam um enfoque crítico e interseccional, relacionando o veganismo ao racismo, desigualdade socioeconômica e questões ligadas ao agronegócio. Consideram o veganismo não apenas como uma escolha pessoal, mas como uma ferramenta para a transformação sistêmica e a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Veganismo; Ativistas; Exploração.

ABSTRACT

This work addresses the evolution of relationships between humans, non-humans and nature throughout history, highlighting how an initial harmony was shaped to serve the capitalist system. The study identifies the importance of analyzing agents that can dissolve the narrative of exploitation and oppression, both in relation to human and non-human animals. Therefore, it is argued that veganism can be a breakthrough for understanding the oppressions that affect both groups, humans and non-humans, arising from the same exploratory logic. It seeks to investigate the cause of an elitist perspective regarding veganism, showing that, since its foundation, veganism carried characteristics of the so-called Vegan Society, which was only interested in the debate about food, leaving political-social causes aside. Furthermore, the work brings to light data on animal production for export, the impacts of the Green Revolution and food insecurity in Brazil to emphasize the need for a more critical and intersectional perspective on social struggles. Therefore, the work sought to analyze the positioning of activists and vegan groups in the state of São Paulo on social media, specifically these agents' Instagram, to investigate whether they are positioned for a vision of veganism as a tool for political and social change, in addition to a food choice. Through the analysis of 18 vegan activists and groups on social media, a survey revealed that these agents adopt a critical and intersectional approach, relating veganism to racism, socioeconomic inequality and issues linked to agribusiness. We consider veganism not just as a personal choice, but as a tool for systemic transformation and the construction of a fairer society.

Key-words: Veganism; Activists; Exploration.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportação de carne de bovinos.....	26
Gráfico 2: Exportação de soja, mesmo triturada.....	27
Gráfico 3. Principais pautas e abordagem sobre alimentação.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Grupos e ativistas veganos do Estado de São Paulo e suas principais publicações.43

Tabela 2: Abordam o veganismo de forma crítica, auxiliando na reflexão sobre o tema.....51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS NA RELAÇÃO ENTRE O ANIMAL HUMANO, OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS E A NATUREZA.....	12
2. COLONIALISMO, VEGAN SOCIETY E A EMERGÊNCIA DE UM VEGANISMO POPULAR	29
3. ESTUDO DE CASO: O POSICIONAMENTO DE ATIVISTAS E GRUPOS VEGANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO NAS MÍDIAS SOCIAIS	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

As relações entre animais humanos, não-humanos e os demais elementos da natureza modificaram-se historicamente de forma que, a partir de uma análise histórica e geográfica, pudemos perceber que a harmonia que um dia existiu transformou-se e foi moldada para servir ao modo de produção capitalista, trazendo como consequência diversas manifestações e o afastamento entre tais elementos. Com isso, evidenciamos a importância em analisar agentes que podem contribuir para a dissolução desta narrativa construída a partir da noção de que animais não-humanos existem para servir aos imperativos dessa lógica. Assim como animais humanos são colocados em condições sórdidas para fazer com que as engrenagens dessa forma de produção existam, os animais não-humanos também o são.

Assim, consideramos que no veganismo podem existir agentes que possam contribuir com a noção de que as opressões que sofrem os animais não-humanos são parecidas e decorrem da mesma lógica de exploração de animais humanos. A partir deste entendimento, podemos contribuir para a libertação de ambos, uma vez que são apresentados dados da produção de animais para exportação, as mazelas trazidas pela Revolução Verde e a insegurança alimentar presente no país.

É importante apresentar a historicidade do distanciamento de animais humanos e não-humanos, de forma que haja contribuições para a perspectiva interseccional entre as lutas. Dessa maneira, tomaremos como problemática a fundação do veganismo amplamente difundido, os quais carregam características elitistas e com debates fundamentalmente voltados para a questão alimentar, fazendo com que o veganismo seja visto apenas como uma questão de escolha pessoal e de consumo, afastando-se do entendimento anticapitalista proposto neste trabalho. À vista disso, analisaremos o posicionamento de ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo nas mídias sociais, dado o alto número de pessoas veganas no país¹, de forma a investigar se tais atores contribuem para que o veganismo não seja atrelado apenas a uma questão nutricional, mas que funcione como uma ferramenta de mudança político-social, assim como na abolição da morte de animais não-humanos.

Estruturalmente, o trabalho está dividido em três capítulos, sendo o último destinado às considerações finais. Iniciamos analisando as mudanças históricas nas relações entre os animais humanos, não-humanos e os demais elementos da natureza a partir de Zerzan (1999), o qual demonstra que existia um vínculo harmonioso entre as partes, até que a domesticação e a

¹ Disponível em: <https://www.mapaveg.com.br/censo/estatisticas>. Acesso em 27/09/2023

submissão a sacerdotes, por exemplo, transformaram drasticamente tais vínculos. Seguimos a análise a partir de Santos (2002), Marx (2013) e Porto-Gonçalves (2004), abordando mais a fundo a configuração da natureza de forma a servir aos imperativos capitalistas, evidenciando a consequente violência para com animais humanos e não-humanos.

No segundo capítulo, por sua vez, serão apresentadas as contribuições de Quijano (2005) e Thomas (1989) na análise sobre como as lutas de animais humanos e não-humanos podem andar juntas. O primeiro autor contribuiu para o entendimento da lógica colonial na qual busca justificar violências de cunho racista e sexista, pautadas unicamente em uma superioridade inventada a partir da ideia de raça. O segundo autor demonstrou como essa superioridade serviu como ferramenta para reforçar uma lógica antropocêntrica que justificasse a exploração de animais não-humanos, do mesmo modo que buscou separar os animais humanos “animalescos” daqueles tidos como “civis” e “bem comportados”, colocando os pobres em uma noção de sub humanidade.

Dado o exposto, foi necessário o resgate histórico do veganismo a partir de Davidson (2021), este fundado em 1945 por Donald Watson, no Reino Unido. A partir da análise da autora sobre a *Vegan News*, revista de difusão do debate na época, foi possível compreender que desde sua criação o veganismo carregou características elitistas no qual o debate era fundamentalmente voltado para questões alimentares. O contexto da época em que se insere a discussão era do pós-Segunda Guerra, em que o país precisava atuar para minimizar os problemas da fome trazidos pelo conflito. Com isso, pudemos entender que este veganismo não estava preocupado com as pontuações estabelecidas neste trabalho, sendo ausente de criticidade e uma ferramenta ineficaz de mudança social, uma vez que atuou abarcando concepções estatais da época.

Sendo assim, o terceiro capítulo deste trabalho está destinado a apresentar uma análise sobre o posicionamento de 18 ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo utilizando como referência suas publicações nas mídias sociais, em específico o *Instagram*. As análises buscam responder se tais ativistas e grupos contribuem para o entendimento de um veganismo que seja crítico e que entenda a intersecção entre as lutas de animais humanos com a luta pela abolição da exploração animal.

Os ativistas e grupos veganos serão apresentados a partir de tabelas e gráficos, de forma a sintetizar as principais pautas abordadas em suas publicações na plataforma. Com isso, poderemos inferir se o debate dentro do veganismo pode estar mais aberto à interseccionalidade e criticidade, ou se ainda perpetua a luta enquanto algo voltado para escolhas individuais de dieta sem criticidade.

1. ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS NA RELAÇÃO ENTRE O ANIMAL HUMANO, OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS E A NATUREZA

Neste trabalho, tomamos como verdade que, ao investigarmos a relação entre animais humanos, não-humanos e os demais elementos da natureza, é essencial traçar uma linha histórica que nos permita compreender as transformações ocorridas ao longo do tempo. A análise da evolução das práticas alimentares, da propriedade animal, assim como no surgimento do mercado consumidor nos remete a um entendimento mais amplo das estruturas sociais, econômicas e culturais que moldaram essa relação.

Dentro desse contexto, o veganismo emerge como uma abordagem contemporânea que busca questionar e desafiar as normas estabelecidas, propondo uma nova forma de interação com os animais não-humanos e o meio ambiente. Ao explorar as raízes históricas da exploração animal e da transformação da natureza em recursos, o veganismo nos convida a repensar nossas práticas e hábitos alimentares, levando em consideração os impactos éticos, sociais e ambientais envolvidos. Entretanto, é importante ressaltar que o veganismo não é um movimento homogêneo, mas marcado por características elitistas que, desde sua fundação, dificultam sua acessibilidade para todos os indivíduos, independente de raça ou classe, aspectos que serão desenvolvidos no decorrer deste trabalho.

O resgate histórico nos proporciona uma visão panorâmica das mudanças e continuidades, assim como nos ajuda a identificar as raízes de determinadas práticas e crenças e nos permite refletir criticamente sobre as consequências dessas relações na contemporaneidade. Como pontua Harvey (1993, p.85), “sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo”.

Para tanto, abordaremos as transformações observadas na relação entre seres humanos e os elementos naturais, a partir das reflexões propostas por John Zerzan² em sua obra *Futuro Primitivo* (1999), acerca das práticas comuns no período pré-agrícola, especificamente durante o Paleolítico, conhecido como a Idade da Pedra. Tal abordagem é interessante pois nos permite traçar a trajetória percorrida pela humanidade desde os tempos em que as atividades se centravam na caça e na coleta, característica das sociedades caçadoras-coletoras³ que adotavam uma dieta predominantemente vegetal. Nesses contextos, a equidade prevalecia nas relações

² John Zerzan é um filósofo e escritor anarquista estadunidense que se destacou nos anos 1980 por suas contribuições no campo do anarcoprimitivismo.

³ “Um modo de vida comum a toda a humanidade até cerca de 10.000 anos, no tempo em que os seres humanos ainda não domesticavam os animais nem semeavam cereais. Uma época em que dependíamos diretamente da natureza para sobreviver.” (ZERZAN, 1999, p.12).

entre os indivíduos, não havendo uma divisão social e sexual do trabalho. No entanto, à medida que surgiram os primeiros indícios da agricultura, juntamente com a cultura simbólica e a domesticação, notamos o advento de uma hierarquia social e sexual.

Na análise dos pontos pertinentes a este capítulo, é importante não perder de vista a noção de que os seres humanos também são animais. Assim, será recorrente o uso das expressões “animais não-humanos” e “animais humanos”, uma vez que partiremos do princípio de que, conforme recuperamos a trajetória da origem dos seres humanos, torna-se claro que nossos ancestrais se conectam com os de outros animais, colocando em contraponto o distanciamento estabelecido ao longo do tempo.

Em “Bestas de Carga” (2015), são colocadas algumas evidências de tais proximidades com nossos ancestrais e de outros animais.

Os homínídeos surgiram há cerca de 25 milhões de anos, a partir dos quais evoluíram várias espécies de macacos, incluindo, há cerca de 250.000 anos atrás, o *Homo Sapiens*. Provas dentais e outras evidências sugerem que, como a maioria das espécies modernas de macacos, esses homínídeos eram principalmente vegetarianos. Os seres humanos não têm dentes afiados, garras retráteis ou sistemas digestivos comuns aos carnívoros (Bestas [...], 2015).

Tal distanciamento exposto serviu de base para uma perspectiva antropocêntrica e colonizadora a fim de colocar os seres humanos como superiores, contribuindo para uma lógica especista. O especismo, por sua vez, é uma forma de discriminação contra aqueles e aquelas que não pertencem a uma certa espécie (ANIMAL ETHICS, 2015)⁴. Neste trabalho, adotamos uma posição antiespecista e reconhecemos que a mesma perspectiva colonizadora fundamentou formas de discriminação como o racismo e o sexismo, por exemplo, de modo que tomamos a intersecção entre tais lutas como imprescindíveis. No decorrer das análises, abordaremos essa lógica de maneira mais aprofundada.

A palavra “racismo” é usada normalmente para se referir a todo tipo de consideração desfavorável e injustificada daqueles que não têm certa ascendência ou determinados traços físicos (como a cor da pele, os traços faciais etc.). Do mesmo modo, a palavra “sexismo” é utilizada para se referir a todo tipo de consideração ou tratamento desfavorável e injustificado daqueles que não são do sexo masculino (HORTA, 2022).

As reflexões de Zerzan (1999), por sua parte, nos trazem importantes elementos para a análise da mudança na relação entre os seres humanos e os demais elementos da natureza. O autor destaca de forma essencial que as antigas formas de existência possuíam, por cerca de 2 milhões de anos, uma relação de intimidade com a natureza, de forma que seus elementos estivessem tão próximos do ser humano que a noção de que todos faziam parte do mesmo

⁴ Disponível em animal-ethics.org/especismo-pt. Acesso em 15/06/2023.

ambiente, mesmo sendo de diferentes espécies, era uma noção comum na existência dessas sociedades. No entanto, é possível observar uma mudança abrupta nessa relação saudável para ambas as partes conforme analisamos o surgimento da domesticação, da invenção da agricultura e a submissão a sacerdotes, reis e patrões.

Zerzan (1999) nos traz uma reflexão interessante sobre o uso da expressão “homem das cavernas” e uma pessoa “Neandertal”, como sabemos, com conotações pejorativas. Esses termos nos obrigam a lembrar como estaríamos sem um controle sobre nossa selvageria, onde estaríamos “sem a religião, o Estado ou os trabalhos forçados” (ZERZAN, 1999, p.5), como se a autoridade fosse um elemento que nos resgatasse de uma condição selvagem, afastando-nos de um modelo ideal de ser humano civilizado. A inferioridade atribuída aos “homens das cavernas” se deve a uma tentativa do ser humano moderno em buscar diferenciações que justifiquem uma superioridade, como se existissem seres humanos “completos”. Zerzan (1999) explica que era comum a noção de que o Homo Neanderthalis, predecessores diretos do Homo Sapiens, possuíam o cérebro menor e, portanto, seriam primitivos.

É interessante notar como podem ter surgido, ao longo da história, as primeiras formas de dominação e separação do ser humano com a natureza. Zerzan (1999) nos presenteia com as noções de que o mundo simbólico e o nascimento da linguagem, da cultura e dos rituais foram as formas primárias de dominação entre os seres humanos e, posteriormente, estendendo-se para a dominação da natureza. Ele destaca que a linguagem foi uma forma de submeter a vida a um “controle maior” (MUMFORD *apud* ZERZAN, 1972), onde expressaria as sensações dos indivíduos, afastando uma vida de abertura e comunicação com a natureza. Os rituais, por sua vez, podendo-se citar os rituais xamânicos, podem ser considerados como uma separação da conexão de qualquer indivíduo com a natureza pois, com o aparecimento de sacerdotes, os “especialistas”, o poder de se conectar com a natureza torna-se exclusivamente deste indivíduo que passa a ter uma percepção superior, obrigando o restante da sociedade a estabelecer essa conexão somente através dos especialistas xamânicos. No caso da arte, Zerzan (1999) aponta que ela contribuiu no controle da natureza, uma vez que ela retrata as expressões dos rituais.

Com isso, é possível observar que as práticas sórdidas dos seres humanos com os meios naturais podem ter relação direta com a divisão social do trabalho e a especialização, aos quais seriam uma “ruptura da totalidade da ordem natural” (ZERZAN, 1999). A aparição dessa cultura simbólica, da necessidade em dominar e manipular, passou primeiro pelos seres humanos com sua auto domesticação (que teve como característica a fixação nos lugares, a linguagem e os rituais) e abriu caminho para a domesticação da natureza.

É interessante, portanto, observar como o desenvolvimento da agricultura transformou radicalmente a relação entre animais humanos e não-humanos, existente até então. No chamado Crescente Fértil, em torno de 10.000 a.C., deu-se início a transição da coleta para a agricultura, de modo que o cultivo fosse feito de forma mais avançada, mas ainda sem tecnologias muito complexas. Foi no período Neolítico que as mudanças se tornaram mais significativas, uma vez que a agricultura se desenvolveu e tornou-se intensiva, e os animais passaram a ser usados como ferramentas para deslocamento, assim como para a produção de lã e leite, dando forma, portanto, a criação de grandes manadas e rebanhos de animais.

Antes da agricultura não era necessário, por exemplo, exterminar espécies animais, uma vez que a dieta alimentar era predominantemente vegetal, colhida principalmente por mulheres, sendo “a parte mais substancial e comum na alimentação da comunidade” (GUERRA, 2021, n.p.). Os animais não eram commodities, ou seja, uma mercadoria “mundialmente padronizada, com preços cotados e negociados pelas principais bolsas de mercadorias” (FREDERICO, 2013, p. 98), uma vez que não havia compra e venda, Estado, trabalho assalariado ou propriedade privada. Como pontuam Barrot e Martin (1997, p.34), “os bens eram produzidos não para serem consumidos depois da troca, depois de postos num mercado. A produção era diretamente social, sem a mediação da troca”. Com isso, os animais não eram propriedade de nenhum indivíduo, apesar de poderem ser caçados, eram soltos e livres e, portanto, não havia necessidade de uma execução em massa de animais já que a comunidade não teria condições para armazenar os excedentes ou utilizá-los, tampouco tinham um mercado consumidor para oferecê-los como mercadoria.

Para Zerzan (1999, p.16), a “agricultura possibilita o nascimento desmedido da divisão do trabalho, cria os fundamentos materiais da hierarquia social e inicia a destruição ambiental” e ainda diminui as possibilidades variadas de alimentos vegetais em que os seres humanos do Paleolítico se alimentavam. Ainda pontua que “o desenvolvimento da numeração fez crescer a necessidade de tratar a natureza como uma coisa a dominar” (Idem, p.17) uma vez que foram surgindo as primeiras propriedades de colheitas, animais e da terra. A agricultura, então, cria a divisão do trabalho por meio dos rituais que apareceram na cultura simbólica, possibilita a hierarquia social uma vez que passam a existir indivíduos com maior importância na dinâmica de existência pautado nas propriedades sejam elas de plantações ou rebanhos, assim como possibilita o início a destruição ambiental uma vez que foram desenvolvidas lógicas de acumulação e a consequente produção exacerbada vinculada a um raciocínio não mais voltado apenas à subsistência, como praticado nas sociedades caçadoras-coletoras, mas a uma racionalidade fundada na propriedade privada. A utilização das terras para seu uso contínuo, as

regras sociais e territoriais, como pontua Milton Santos (2002), para conciliação do uso e conservação da natureza, característico das sociedades pré-agrícolas ou, ainda, da agricultura itinerante⁵, não eram agressivas pois ajudavam a reconstruir a natureza de forma que possibilitasse a continuidade da vida no meio.

Com isso, podemos observar a transição da lógica de subsistência para a lógica de acumulação uma vez que, com a auto domesticação dos seres humanos, estes precisaram manter grandes manadas e rebanhos de animais a fim de desempenharem os esforços necessários para a quantidade de trabalho que surgiu diante da fixação em lugares, ou seja, a auto domesticação. Tais esforços se deram em torno das tarefas relacionadas à organização da terra para seu uso, seja por meio de desmatamento para pastagem, alimentação dos animais não-humanos, transformação de produtos agrícolas e assim por diante.

É neste contexto que também surge a ascensão das relações de desigualdade de gênero, uma vez que as atividades antes exercidas por mulheres, como a coleta de vegetais, passaram a ter mais importância do que a caça na vida dos homens e estes passaram a se apropriar da atividade ao passo que, com a intensificação da produção, eram necessárias mais pessoas para exercê-las. Dessa forma, criou-se a ideia de que as mulheres tinham a “obrigação” em ter mais filhos para que estes fossem capazes de resolver os problemas das novas tarefas exercidas a partir de então (BESTAS [...], 2015). Esse processo, como pontua Silvia Federici (2017, p. 119), “demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho”. Com isso, as mulheres já não contribuíam tanto para a produção de alimentos, fazendo com que sua posição social diminuísse e a igualdade existente nas sociedades caçadoras-coletoras fosse desmantelada.

Adam Smith observou que, em conjunto com as plantações, os animais não-humanos foram “as formas mais primitivas de propriedade privada” (THOMAS, 1989, p.34), e, com isso, podemos observar a distinção entre pobres e ricos, uma vez que os animais não-humanos puderam ser acumulados e a riqueza obtida poderia ser transmitida de geração para geração, estabelecendo a diferença entre a riqueza dos indivíduos, situação que não era presente nas sociedades caçadoras-coletoras.

Karl Marx, em sua obra *O Capital* (2013, p.132), aponta que “a forma-dinheiro se fixa ou nos artigos de troca mais importantes (...) ou no objeto de uso que constitui o elemento principal da propriedade doméstica alienável⁶, como, por exemplo, o gado”. Nesta fase primária

⁵ Sistema agrícola no qual os lotes de terra são cultivados temporariamente.

⁶ Alienável pois já não se encontram em um estado de liberdade, uma vez que se tornam dependentes do ser humano para a sobrevivência.

do mercado, os animais que não eram de consumo imediato podiam ser negociados com outros proprietários ou utilizados como dinheiro. É importante observar, portanto, que quanto mais animais os proprietários acumulavam, mais ricos e de status sociais elevados seriam e, essa forma de acumulação gerava também uma disputa, uma “máquina de guerra” entre os seres humanos pois o recurso que as pessoas agora possuíam era relativamente fácil de roubar e interessante em se obter (BESTAS [...], 2015).

Essa noção de status social atrelada à posse de animais persiste ainda nos dias atuais, de forma que os elefantes da savana africana, por exemplo, encontram-se em risco de extinção. De acordo com a World Wide Fund for Nature - WWF (2019)⁷, “a população de elefantes africanos diminuiu 70% em 40 anos. Um elefante morre a cada 25 minutos, abatido por suas presas, que alimentam o lucrativo comércio de marfim.”

Historicamente, na acumulação primitiva os animais eram centrais na economia e proviam os principais meios de locomoção, o que foi fundamental para a difusão das relações capitalistas no mundo todo. No processo em questão, o qual Marx (2013) denominou acumulação primitiva, é parte essencial do desenvolvimento do capitalismo em que o processo de distanciar o produtor dos meios de produção se dá por meio de expropriação, ou seja, a exigência de que todos os meios de produção estejam na posse do capital e que a maioria da população seja reduzida a pessoas que só podem existir com a condição de que vendam sua força de trabalho em troca de um salário, ou seja, que sejam proletários. Para que esse processo de acumulação aconteça de fato, é preciso que uma força de coerção exista pois, nas sociedades pré-capitalistas, não existia a necessidade em ganhar dinheiro para obter seu próprio alimento, as terras não eram de posse de indivíduos específicos e era possível o cultivo de subsistência.

Com isso, é possível imaginar que dificilmente as pessoas escolheriam trabalhar em fábricas e abandonar seu modo de vida baseado no cultivo do próprio alimento. Tem-se, portanto, a necessidade, por parte do capital, em privar os camponeses de suas terras através do roubo, da escravidão e do assassinato, ao que David Harvey (2004) pontua como “acumulação por espoliação”, caracterizado pela acumulação de capital baseada na depredação, na fraude e na violência, entre outros processos, como:

[...] a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade –comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a

⁷ Disponível em <https://wwf.be/fr/actualites/sans-action-urgente-lelephant-dafrrique-disparaitra-dans-20-ans>. Acesso em 26/07/2023.

monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos (HARVEY, 2004, p.109).

É interessante observar que sem a acumulação por espoliação dificilmente o capitalismo se desenvolveria. Essa acumulação, no entanto, não aconteceria sem a existência dos animais. Isso porque a necessidade em retirar os camponeses a força de suas terras e delimitar as terras comuns, no final do século XV, na Inglaterra (BESTAS [...], 2015), pode ser analisado a partir de Marx (2013, p.517) que observou o “florescimento da manufatura flamenga de lã e o consequente aumento dos preços da lã” como um ponto crucial em que seria mais lucrativo converter as terras cultiváveis em pastos para ovelhas. Nesse sentido, os animais apareceram como um incentivo econômico norteador pelo lucro obtido a partir destes, o qual impulsionou a acumulação de capital, desapropriando os indivíduos que dependiam de terras para subsistência.

Com isso, é importante observar que, além dos camponeses, os povos indígenas foram obrigados a sair de suas terras para dar lugar a este amontoado de animais não-humanos que serviriam para a acumulação de capital.

A colonização genocida das Américas também contou com a substituição dos povos indígenas por animais rentáveis, começando com Colombo, que trouxe os primeiros gados e cavalos para o “Novo Mundo” em 1494. O mito hollywoodiano da luta épica entre cowboys e índios pode não ser historicamente preciso, mas expressa uma verdade básica: a dinâmica para a desapropriação e extermínio de povos nativos foi muitas vezes o desejo de substituí-los pelo gado (BESTAS [...], 2015, p.27).

É importante ressaltar que o veganismo que este trabalho defende, sendo ele o veganismo popular⁸, busca questionar essa lógica de acumulação que explora tanto os seres humanos quanto os animais não-humanos. Ao considerar o impacto ético, social e ambiental da lógica de acumulação, o veganismo popular propõe uma nova forma de interação com os animais não-humanos e o meio ambiente, baseada em valores de justiça, igualdade e sustentabilidade. Ele reconhece a importância de repensar a forma como os animais humanos e não-humanos são explorados e utilizados como meros recursos. Assim, o veganismo popular se alinha com uma perspectiva anticapitalista, buscando uma transformação social que vá além da simples escolha individual de dieta, mas também promova uma visão crítica de mudança em relação à exploração animal, à desapropriação de terras e às estruturas opressivas do sistema capitalista. Esse veganismo contrapõe-se, portanto, ao veganismo amplamente difundido e fundado por Donald Watson, em 1945, no Reino Unido, no qual se preocupava apenas com uma questão alimentar e ignorava as problemáticas colocadas neste trabalho, tampouco a historicidade das relações de dominação frente a animais humanos e não-humanos.

⁸ Popular, pois é acessível a todos os indivíduos, em especial aos de baixa renda, contrapondo ao veganismo amplamente difundido no qual carrega características elitistas as quais serão abordadas no decorrer deste trabalho.

Em *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*, de autoria do geógrafo brasileiro Milton Santos (2002), é possível continuar a análise minuciosa na transformação do meio natural para um meio cada vez mais artificializado:

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular; e a parte do "natural" e do "artificial" também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo (SANTOS, 2002, p.156).

No contexto em que as capacidades produtivas teriam que se tornar mais desenvolvidas para a produção de lã e produtos lácteos, a necessidade em criar técnicas que fossem uma extensão das capacidades do meio natural era urgente. No período pré-agrícola, em que tínhamos as técnicas voltadas para o prolongamento do corpo humano, como por exemplo a invenção do machado acheuliano⁹ no Paleolítico superior, passou a dar lugar para as novas necessidades humanas, ao que Santos (2002, p.158) aponta como a necessidade de um super poder frente às forças naturais, constituído de objetos técnicos e espaço maquinizado que representam “prolongamentos do território, verdadeiras próteses”. Com os imperativos da produtividade acelerada, o meio natural passa a ter sua identidade e seus aspectos modificados.

Santos (2002) define a noção de diversificação da natureza, baseado nas contribuições de Whitehead, em que esta pode se apresentar em seu estado puro onde suas modificações são parte de um processo essencialmente ligado às energias naturais realizadas por ela mesma. Por outro lado, tem-se a diversificação da natureza atrelada à presença dos animais humanos que “atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social” (p. 85). Assim, têm-se o momento em que o ser humano pode ser criador, como no caso do machado acheuliano, mas ainda assim continua subordinado à natureza, chegando no ponto em que o ser humano, com as invenções técnicas mais avançadas, passa a ter uma maior autonomia e poder nesse processo de diversificação da natureza, culminando também na divisão do trabalho na qual abordaremos mais à frente.

A diversificação da natureza passa por um movimento que é contínuo, ou seja, “a um modo de diversificação sucede um outro modo de diversificação” (SANTOS, 2002, p.84), recriando-se constantemente ao longo da história. Vimos a diversificação em seu estado puro e a diversificação atrelada ao dado social. De acordo com Santos (2002), antes da emergência de um espaço mecanizado, essas diversificações eram puramente locais e os usos da natureza eram

⁹ Os machados acheulianos contribuíam para a sobrevivência pois era possível o corte de alimentos com mais facilidade.

sob harmonia socioespacial, constituindo sociedades que existiam com “sistemas técnicos sem objetos técnicos” (SANTOS, 2002, p.158), ao que classifica como características da primeira etapa da história do meio geográfico, o meio natural.

Em sua segunda etapa, o meio técnico, tem-se a sobreposição dos objetos técnicos em relação a forças naturais justamente pelo fato de que as técnicas são uma extensão do território e da natureza e refletem a possibilidade de ações que triunfam frente às forças naturais conhecidas até então. Foi criado, portanto, uma transgressão da distância conforme a utilização de novos instrumentos que criaram “um novo tempo, no trabalho, no intercâmbio, no lar” (SANTOS, 2002, p.158) e cada vez mais os ímpetus da natureza foram sendo substituídos pelos ímpetus do comércio no qual necessita de sistemas técnicos eficientes para seu desenvolvimento.

Em sua terceira etapa, o meio geográfico encontra-se em um momento da história em que pode ser denominado como o meio técnico-científico-informacional. Neste período, já não se contempla a complexidade dos fenômenos fazendo alusão apenas à técnica e isso se deve a importância da ciência e da informação atreladas à ela. As técnicas caminham lado a lado com a intencionalidade a que se tem para utilizá-las ou construí-las e, com isso, exprimem uma informação que é necessária para as ações com o aparato das técnicas. Neste período, a ciência aparece como o desenvolvimento de artificialidades do meio natural, como a presença de materiais plásticos e fertilizantes, os quais não existem na natureza.

O meio geográfico, portanto, passa a funcionar como uma unidade. As técnicas, agora predominantes na vida das sociedades, atreladas à ciência e sua capacidade em artificializar, reproduzir e/ou acelerar o tempo da natureza para atender as intencionalidades da lógica comercial, são guiadas por um “nexo informacional” (SANTOS, 2002, p. 160) que facilita a circulação de processos que, independentemente de serem produzidos em lugares distantes, são mais facilmente difundidos de maneira global pois, com o funcionamento dos processos produtivos em rede, é possível obter um controle e tomadas de decisão à distância e, com as possibilidades de transporte mais recentes, é possível uma maior fluidez nas quais os agentes externos conferem um uso intensivo do território (SANTOS, 2002).

É imprescindível pontuar tais observações realizadas por Milton Santos (2002) no que tange às mudanças no meio geográfico e estabelecer uma conexão entre o desenvolvimento das técnicas e a racionalidade que opera de forma homogênea no espaço geográfico e, por conseguinte, o molda de forma que seus objetos atuem para extrair recursos das regiões tropicais e prover o necessário para as regiões temperadas, conforme Porto-Gonçalves (2004)

analisa. Como exemplo, podemos citar os impactos negativos na extração de madeira, minerais e produtos agrícolas na América do Sul, nos quais as populações indígenas locais, que têm relação ancestral com essas terras, frequentemente enfrentam deslocamentos forçados, perda de acesso a recursos vitais e a destruição de seus modos de vida tradicionais.

[...] o avanço do desmatamento e das situações de degradação ambiental na Floresta Amazônica é a principal forma de exposição das comunidades indígenas à violência. Situações de conflito com madeireiros e grileiros, que invadem suas terras para extração ilegal de recursos naturais, são uma das principais causas do genocídio de povos indígenas. Além disso, a perda da biodiversidade por conta das queimadas e as atividades de caça ilegal, afetam suas dinâmicas de atividades econômicas, celebrações culturais e segurança alimentar (BRITO; SANTOS, 2023).

É de fundamental importância a análise sobre como a divisão internacional do trabalho atua para favorecer a lógica mercantil de acumulação de capital. Para Santos (2002), a divisão do trabalho se diferencia da diversificação da natureza, pois se conforma como um movimento progressivo (não sendo, portanto, repetitivo) pois é “movida pela produção e atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova configuração dos lugares” (p.85), e sua configuração é “desigual e combinada” (p.87) uma vez que os recursos do mundo ou de um país (força de trabalho, população, excedente, entre outros) são distribuídos de maneiras diferentes e “localmente combinados” (p.108) visto que se encontram também com os resquícios das divisões de trabalho anteriores¹⁰, os quais conferem aos lugares e regiões uma especificidade nesse processo de produção e utilização de recursos que se alteram conforme a história. Temos, portanto, a divisão internacional do trabalho na qual corresponde

Às funções produtivas desempenhadas por cada Estado nação no sistema internacional[...] trata-se de uma divisão do trabalho que é, ao mesmo tempo, também uma divisão e repartição dos recursos (materiais e imateriais) mobilizados nas atividades produtivas (PEREIRA, 2010, p. 348).

Com isso, é possível observar a partir de Pereira (2010) que o desenvolvimento das forças produtivas em determinado lugar ou região é, muitas vezes, estranho às necessidades dos próprios lugares, uma vez que seu desenvolvimento é realizado por capitais externos, caracterizados pela ação de agentes econômicos internacionais a fim de acumular capital e extrair o máximo de recurso nos espaços derivados, termo que Santos (1978) denominou aqueles espaços em que os processos de modernização estão intimamente relacionados à demandas externas. É importante ressaltar que a criação desses espaços derivados é uma consequência direta da colonização imposta sobre os lugares. A racionalidade subjacente a esses espaços é moldada pelo sistema colonial (QUIJANO, 2005), cuja racionalidade será

¹⁰ Visto que a divisão do trabalho “é a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis.” (SANTOS, 2002, p.107)

detalhada na segunda parte deste trabalho. Neste contexto, os recursos naturais são explorados e direcionados principalmente para atender às necessidades e aos lucros dos colonizadores, em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente, gerando impactos ambientais e nas relações sociais e econômicas.

Para continuarmos a analisar as transformações da relação entre animais humanos, não-humanos e a natureza, é imprescindível observar como a mecanização e a forte influência do conhecimento técnico-científico forneceu ainda mais elementos para uma relação cada vez mais deteriorada e distanciada, degradando ainda mais as formas de existência que são contrárias às lógicas mercantis impostas. Como vimos, a divisão internacional do trabalho estabeleceu dinâmicas de mercado que evidenciaram as relações de poder entre os lugares e, com o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, as técnicas, por sua vez, se tornaram ainda mais poderosas quando atreladas à ciência e à informação.

Em *Geografia da riqueza, fome e meio ambiente*, de autoria do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004), é possível observar as consequências da divisão internacional do trabalho, como a repartição desigual da renda no Brasil, conforme analisamos os desdobramentos da monocultura no país. O autor pontua que o atual modelo agrícola/agrário baseado na produção de soja está “destruindo a segurança alimentar e a vida rural” (p.5), uma vez que uniformiza a agricultura, de forma que restem poucas variedades de alimentos cultiváveis, fazendo com que a população fique em situação de vulnerabilidade ao dependerem de corporações e suas políticas de uso da terra. Da mesma forma, a vida rural se encontra em jogo devido as mudanças em sua dinâmica onde os camponeses, por exemplo, já não detêm o conhecimento sobre os alimentos que cultivam visto que as formas de produção e reprodução se tornaram cada vez mais mecanizadas, tendo como influência o conhecimento técnico-científico na produção de alimentos, processo esse que Porto-Gonçalves (2004, p.4) denomina como uma “separação entre o pensar e o fazer”.

É interessante observar a partir de Santos (2002) que, ao passo que os sistemas técnicos não são igualmente difundidos nos lugares, a possibilidade de utilização de informações importantes para o desenvolvimento de certos processos como, por exemplo, a utilidade de um radar meteorológico para a produção agrícola, também aparecem de forma desigual evidenciando a conotação de poder presente nos sistemas técnicos. Uma região sem o aparato técnico-científico necessário para o processamento de informações pode se encontrar em uma posição inferior em relação aos países em que essa tecnologia é aplicada. Tem-se, portanto, áreas em desvantagem tecnológica. Com isso, podemos observar que à medida em que os

processos produtivos passam a depender gradativamente do aparato técnico-científico, as corporações em que este componente é mais forte tornam-se mais poderosos evidenciando “relações de poder por meio da tecnologia” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.7).

A tecnologia na qual podemos abordar como uma das mais destrutivas e sórdidas para o meio ambiente e seu entorno é a que veio atrelada à chamada Revolução Verde. Sua denominação surgiu de forma a estabelecer uma conexão entre um aspecto dito revolucionário de mudanças no campo por meio da tecnologia e a utilização de fertilizantes, agrotóxicos e outros produtos químicos que acelerassem o processo de cultivo, fazendo com que se concretizasse a ideia de que um desenvolvimento tecnológico pudesse resolver as mazelas da fome na qual se encontrava a população europeia no pós-Segunda Guerra Mundial.

Santos (1977, p.31) estabeleceu uma analogia entre a Revolução Verde e os Cavalos de Tróia¹¹, demonstrando que o sistema capitalista, sempre perverso, procurou esconder a intencionalidade da ação, mascarando os discursos para sua implementação baseados no combate à fome. Tem-se, portanto, a "substituição de formas já existentes por outras mais ‘funcionais’ em termos capitalistas, através da ação sobre antigas formas que são extirpadas e substituídas por novas”, colocando em evidência a inserção de atribuições externas nos países menos desenvolvidos¹², de forma que se torna claro o poder de influência dos países desenvolvidos que detêm uma maior concentração e acesso sobre a técnica.

Entretanto, ao tomar o pressuposto de que o desenvolvimento técnico poderia resolver os problemas da fome, exclui-se a noção de que as desigualdades sociais e econômicas são as reveladoras da complexidade do problema, evidenciando uma distribuição desigual de renda e de alimentos para as populações mais pobres. A chamada “revolução - *na transformação das relações de poder por meio da tecnologia - verde*” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.9) agravou ainda mais as condições de subconsumo, principalmente para a população do campo e aqueles que foram impelidos ao êxodo rural.

A produtividade na área da agricultura e produção de alimentos nos lugares e indústrias onde o capitalismo mais se expandiu avançou, evidenciando uma desigualdade em relação aos lugares em que o capital não foi investido.

¹¹ A origem do nome remonta à Guerra de Tróia, quando os gregos ofereceram um cavalo de madeira como “presente” para o rei rival, entretanto, dentro dele havia soldados gregos que saíram e invadiram a cidade de Tróia, escondendo a intenção por detrás da ação.

¹² Principalmente nas regiões tropicais as quais detêm uma maior produtividade biológica onde a energia solar é encontrada em maior potencial, fazendo com que seja mais atrativo às forças produtivas que insistem em obter o maior recurso energético possível no mundo. (PORTO-GONÇALVES, 2004)

Aumentou-se a concentração de capital e diminuiu-se os estabelecimentos agrícolas¹³ ao passo que, ao diminuir o preço dos produtos agrícolas¹⁴ como os grãos devido a um avanço nos sistemas logísticos, o agricultor encontrou-se em uma condição de subconsumo, desnutrição e descapitalização (Porto-Gonçalves, 2004) pois parte dos seus salários foram voltados ao consumo de produtos industrializados e, sem conseguirem investir em produtividade, os agricultores que não possuem vantagem competitiva para aplicar desenvolvimento em suas técnicas, se encontram encurralados por grandes corporações que detém o poder sobre as mesmas.

É importante assinalar que, quanto mais se desenvolvem as ferramentas para o funcionamento das técnicas, pautadas única e exclusivamente na lógica do capital de produção de commodities, os agricultores ficam ainda mais dependentes das novas tecnologias como os fertilizantes, herbicidas e inseticidas, os quais são fortemente dependentes de capital e têm elevado custo. Com isso, os pequenos agricultores ficam encurralados diante de um aumento dos preços agrícolas, uma vez que este fato impede que “cheguem ao mercado aqueles que estão abaixo do nível de produtividade médio, sempre rebaixado pelas grandes empresas do agronegócio” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.20), tornando-as insuficientes para viverem apenas de seus trabalhos.

Tendo isso em vista, uma das formas a que essa população encontrou para conseguir sobreviver foi migrar para outros lugares, mais especificamente para as cidades, caracterizando o êxodo rural e acompanhando o fenômeno da urbanização. Tal fenômeno, como pontua Porto-Gonçalves (2004), contribuiu para a expansão da agricultura de mercado, dada ao consequente aumento da disponibilidade de terras. É curioso observar, portanto, que a Revolução Verde não resolveu os problemas da fome e desnutrição, apesar da alta produção de alimentos. Isso se deve ao fato de que, ao analisarmos o perfil socioeconômico da população urbana mundial, notamos que

As classes populares médias e ricas representam 720 milhões de habitantes urbanos do planeta, enquanto as classes populares correspondem a $\frac{3}{4}$ da população urbana do mundo, com 2 bilhões e 280 milhões de habitantes. Observemos que do total de 3 bilhões de habitantes urbanos do mundo, cerca de 52% pertencem às classes populares que vivem precariamente (1 bilhão e 560 milhões), sendo que 82,7% destes vivem nos países periféricos (1 bilhão e 290 milhões). (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.11-12).

¹³ “Editorial do jornal francês Le Monde assinala que “nos últimos dez anos, desapareceram $\frac{1}{4}$ (25%) dos estabelecimentos agrícolas [na França]: restam somente 168.000. A renda da produção ficou ainda mais concentrada: somente 5 grandes grupos controlam totalmente a distribuição e impõem, facilmente, suas posições e seus preços aos agricultores-empresários (...)” (PORTO-GONÇALVES, pág. 9).

¹⁴ Em relação a produtos industriais.

Podemos observar, por exemplo, a incoerência no lucro obtido a partir da execução em massa de animais. Apenas em 2022, o país lucrou mais de 750 milhões de dólares com essa produção, como exposto no gráfico 1.

Temos nesse contexto, um grande índice de insegurança alimentar no país, uma vez que a produção de alimentos é feita apenas para atender a demanda de exportação. De acordo com Xepa Ativismo¹⁵, baseado em dados da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*), 78% de todos os hectares agrícolas do Brasil são para produzir soja, milho e cana de açúcar, majoritariamente para exportação.

Também é possível observar a partir de Junior (2017), que o uso da água para manutenção dessa produção se dá em níveis intensos, onde “para produzir 1 tonelada de trigo, soja e gado bovino, o consumo de água é, respectivamente, 1,45 milhão de litros, 1,8 milhão de litros e entre 15 milhões e 42,5 milhões de litros.”¹⁶

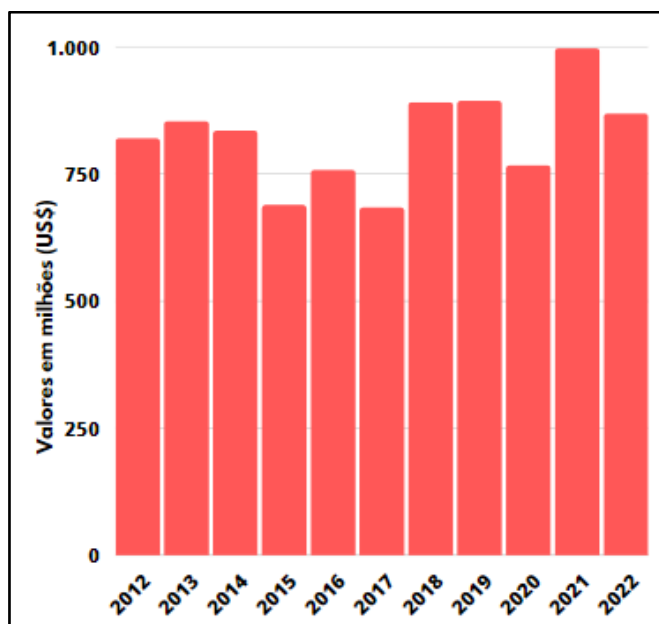
Ao mesmo tempo em que o agronegócio lucra com a execução de animais e a destruição do meio ambiente, também se utiliza de trabalhadores para manutenção deste modo de produção a salários irrisórios. No *podcast* Prato Cheio (2023) é possível observar essa situação quando analisamos os migrantes haitianos no Brasil, evidenciando que

Não é só de boi, porco e ave que os frigoríficos precisam para manter sua produção, mas também de mão de obra numerosa e barata. No início da década passada, um contingente enorme de migrantes haitianos chegou ao Brasil e o setor viu uma oportunidade única de suprir essa necessidade na sua cadeia produtiva (PRATO CHEIO, 2023).

É possível observar também que a enorme quantidade de recursos naturais retirada não é voltada para alimentação da população, causando enormes índices de insegurança alimentar no país. Como pontuam De Souza e Da Silva (2020, p.4) essa utilização faz com que a terra seja aproveitada “enquanto negócio rentável para atender às necessidades do mercado mundial de alimentos, ao tempo em que os produtos alimentícios tornam-se raros, contribuindo cada vez mais para o aumento da fome.”

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CuunG-5Obov/>. Acesso em 03 de setembro de 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/agua-e-a-gronegocio-uma-relacao-a-ser-mais-bem-examinada/>. Acesso em 24 de julho de 2023.

Gráfico 1: Exportação de carne de bovinos (2012-2022)

Elaboração da autora. Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

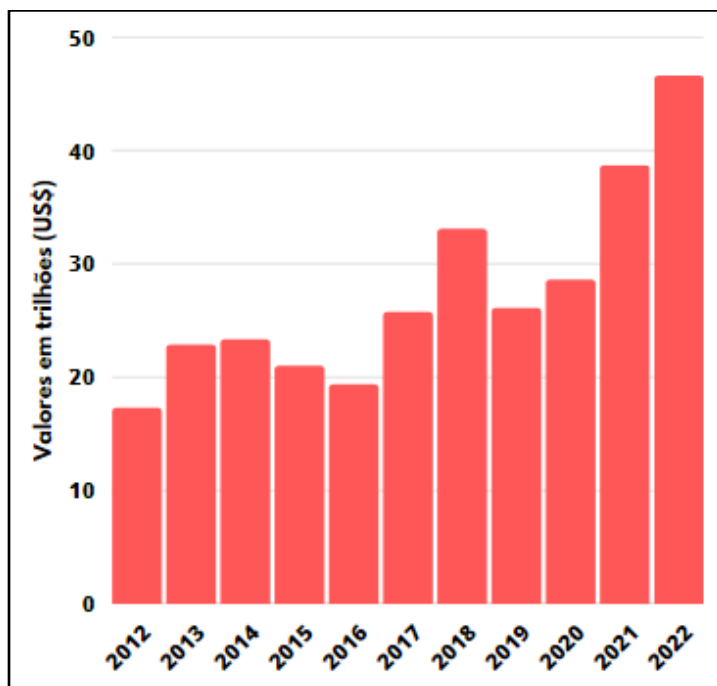
Podemos pontuar o caso da produção de soja no Brasil, o qual movimentou mais de 40 trilhões de dólares em 2022, conforme demonstra o gráfico 2. Essa produção em larga escala utiliza terras que poderiam ser utilizadas para produzir arroz e feijão, por exemplo, na qual acaba aumentando o preço destes. Com isso, como pontuam De Souza e Da Silva (2020), as terras são “utilizadas para a produção de commodities como a soja que exige intensos usos de agrotóxicos no discurso do favorecimento ao mercado, para o desenvolvimento da economia brasileira.” (p.10).

Diante dessas realidades, tornamos evidente a necessidade de uma abordagem interseccional no ativismo vegano que considere não apenas a questão animal ou alimentar, mas também as complexas interconexões com a injustiça social, a desigualdade econômica e a luta por justiça social. Com isso, este trabalho considera como primordial a análise do caráter das ações de ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo, visando compreender se estão inseridos em uma abordagem interseccional que abarque questões além da dieta e do consumo, de forma que considerem outras formas de opressão e injustiça, como o racismo, o sexismo, a desigualdade econômica e a justiça social.

Dado o exposto, evidenciamos que o problema apontado como justificativa para a Revolução Verde não é relacionado a avanços técnicos ou não, mas da forma com que a renda é distribuída desigualmente na sociedade, precarizando a possibilidade de acesso ao mercado pela maior parte da população. Para Porto-Gonçalves (2004), este é um fator essencial para a

análise da produção de pobreza, ao que pontua que “essa distribuição desigual de renda é produzida pela estrutura de classes” (p.12).

Gráfico 2: Exportação de soja, mesmo triturada (2012-2022)



Elaboração da autora. Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

A lógica das grandes corporações para a expansão do agronegócio é a das commodities, pautada na “supervalorização da ciência e técnicas ocidentais (que se querem universais)” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 22) a partir da utilização de novas tecnologias que reduzem os custos do trabalho, como os fertilizantes, assim como da anulação da importância dos conhecimentos ancestrais sobre a natureza e seus elementos. Nega-se qualquer outra racionalidade se não a mercantil. A natureza é tratada como uma riqueza (Porto-Gonçalves, 2004) e os camponeses, indígenas e outras racionalidades que se dedicam a respeitar a natureza têm suas práticas culturais suprimidas e ignora-se a importância de seus conhecimentos para uma relação harmoniosa entre a humanidade e a ecologia do planeta (Porto-Gonçalves, 2004). Com isso, evidenciamos o caráter moderno-colonial com base na experiência europeia em excluir o pensar do outro, negando sua cultura, sua temporalidade e relação histórica com a natureza, fazendo com que essas populações se encontrem em situação de vulnerabilidade quando têm em vista a permanência dos seus modos de vida e historicidade.

À vista disso, estamos diante de uma lógica homogênea na produção e reprodução dos modos de vida, pautada unicamente nos anseios mercantis e moderno-coloniais, os quais

veremos de modo aprofundado no tópico seguinte. Os animais humanos e não-humanos estiveram subordinados às forças externas a suas necessidades desde a mudança da lógica de subsistência para a lógica mercantil. Os animais humanos foram impelidos a fornecer sua força de trabalho para, em troca, receberem salários irrisórios que mal pudessem servir de base para suas vontades, acarretando más condições de vida. Os animais não-humanos, por sua vez, foram retirados do seu meio natural para desempenhar as funções que a lógica mercantil estabeleceu, deteriorando a sua qualidade de vida.

Foi construída, portanto, uma lógica que insiste em negar o outro, em estabelecer hierarquias no que tange a importância de existências de modo a construir uma categoria hegemônica onde, no topo, encontram-se os humanos “superiores” dotados de características construídas unicamente pela lógica colonial e, por sua vez, na base da hierarquia, se encontram os *outros*, sendo eles as pessoas pobres, negras, mulheres, camponesas e, inclusive, os animais não-humanos. Trata-se, portanto, de uma lógica especista, racista e sexista presente no pensamento colonial, que subjuga o outro diante de uma superioridade construída historicamente. Posto isto, no próximo tópico analisaremos mais a fundo tal lógica colonial, assim como o surgimento do movimento vegano de forma crítica, contrapondo o veganismo amplamente difundido em relação ao veganismo popular, o qual se inclina a lutar contra a lógica colonial e capitalista, que submete animais humanos e não-humanos a condições sórdidas, de forma a analisar os processos históricos e contribuições para a discussão dessa temática na atualidade.

2. COLONIALISMO, VEGAN SOCIETY E A EMERGÊNCIA DE UM VEGANISMO POPULAR

Os apontamentos histórico-geográficos realizados até então visam expor os contrassensos das justificativas para atitudes dominantes sob a natureza e seus indivíduos, de modo a esclarecer que tais formas de opressão e submissão foram única e exclusivamente fruto de pensamentos hegemônicos a fim de favorecer a concentração de poder de determinados agentes, contrapondo, assim, uma perspectiva que insiste em negar o outro em razão à uma hierarquização colocada como natural e indiscutível. As tentativas de tornar homogênea a sociedade em escala global são fruto de um pensamento colonial. Esse pensamento teve como objetivo traçar justificativas para a exploração de animais humanos e não-humanos, estas pautadas a partir de identidades criadas para tornar plausível a importância de certos indivíduos sobre outros.

Neste trabalho entendemos como indispensável o delineamento histórico e crítico dos fenômenos abordados para que seja possível uma investigação acertada sobre os grupos e ativistas veganos atuais do estado de São Paulo. O veganismo amplamente difundido foi fundado em 1945, no Reino Unido, por Donald Watson. As preocupações que norteavam as discussões na *Vegan Society* (em português, Sociedade Vegana) giravam em torno de uma questão alimentar, dado seu contexto histórico pós-Segunda Guerra Mundial. Questões sociais, por exemplo, não tinham espaço nos debates. Por outro lado, temos atualmente um veganismo preocupado em entender as estruturas sociais e políticas a fim de funcionar como uma ferramenta de transformação.

Estamos diante, portanto, da contraposição entre um veganismo tradicional/liberal e um veganismo popular. O primeiro, por sua vez, acredita que o veganismo pode ser incorporado por iniciativas capitalistas a partir de uma visão baseada no consumo. Acredita que empresas como a JBS, maior processadora de animais para consumo, podem ser aliadas do veganismo ao oferecerem produtos de origem vegetal, os “plant-based”, quando na verdade desconsideram o fato de que, no capitalismo, o lucro é o elemento principal de suas ações. Como pontua Smith (2015), um capitalismo “sustentável” ou “verde” está fadado ao fracasso, pois a maximização do lucro é o que dita seus direcionamentos, assim como define os limites de uma reforma ecológica.

Assim, quando lidamos com um veganismo que serve aos imperativos capitalistas baseados no consumo e na apropriação da causa para obtenção de lucro, tem-se a oferta de produtos muitas vezes caros e inacessíveis para a população, com exceção à classe média ou

rica. Esse veganismo, portanto, se coloca como algo distante e elitizado, colocando a noção de que a causa vegana está atrelada a uma escolha pessoal e de consumos individuais.

No caso do veganismo popular, além do boicote ao consumo de produtos de origem animal, tem-se a preocupação em entender a interseccionalidade das opressões geradas a partir da mesma lógica capitalista e colonial. Com isso, é possível que a causa vegana possa ser vista como algo acessível uma vez que é desmantelada a ideia de que só é possível ser vegano a partir da compra de produtos de um determinado tipo. A partir da disseminação de informações sobre receitas com alimentos vegetais acessíveis, a importância do debate sobre a insegurança alimentar e a conscientização política, torna-se possível um veganismo que seja uma efetiva ferramenta de mudança política.

Tal veganismo também reconhece que sem a classe trabalhadora não há como libertar animais. Afinal, quem fica responsável pela criação, transporte e abate, são os trabalhadores. [...] Animais (são explorados) como mercadorias, pois são tratados como produtos, da mesma forma, com duplo valor: de troca e de uso. Humanos, como máquinas, principalmente quando falamos no setor frigorífico, onde trabalhadores são forçados a trabalhar por horas sob condições desumanas: no frio e muitas vezes sem direito ao banheiro (MOTA, 2021, p.26).

Assim como refletiu Angela Davis em 2012, durante a 27ª *Empowering Women of Color Conference*, de acordo com uma transcrição disponível em RadioProject.org: “Eu acho que há uma conexão entre eles, e eu não posso ir mais longe do que isso, a maneira como tratamos os animais e a forma como tratamos as pessoas que estão ao fundo da hierarquia”¹⁷. O referido capítulo terá como objetivo elucidar a reflexão feita pela pensadora expoente na luta contra a discriminação racial, a fim de trazer luz à questão com base na bibliografia consultada e, também, oferecer aporte teórico ao estudo sobre ativistas e grupos veganos contemporâneos do estado de São Paulo. Sobre esse estudo, teceremos considerações e reflexões sobre o caráter de luta do nosso objeto de estudo: esses grupos e ativistas consideram a inter-relação de diversas opressões aos animais humanos, junto aos animais não-humanos? De que forma se manifestam frente a essa questão? Contribuem no acesso à informação de forma a construir uma autonomia nos indivíduos e na sociedade?

Para nos nortearmos em nossa análise, é possível partir da indagação sobre qual argumento é justificável que negros sejam pessoas aptas para seres escravizadas, ou, ainda que animais como cavalos, bois e vacas, sejam percebidos apenas como úteis às vontades humanas.

¹⁷ Informação disponível em: <https://www.portalveganismo.com.br/noticias/angela-davis-ex-pantera-negra-fala-sobre-direitos-animais-e-sociedade/> Acesso em 13 de junho de 2023.

A resposta está no especismo, racismo e sexismo criados a partir de uma colonialidade do poder.¹⁸

A partir de Aníbal Quijano (2005), será possível compreender as raízes de uma perspectiva que é latente até os dias de hoje e serve de base para muitas explorações, tanto de animais humanos como não-humanos. Em *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina* (2005), o autor nos apresenta quais foram os fundamentos criados pelos colonizadores para justificar os meios de opressão, de controle do trabalho e que fortificaram sua hegemonia mundial, fazendo com que a exploração a certos indivíduos fosse vista como natural. Um dos primeiros pontos foi a criação da ideia de raça e de identidade, que foram estabelecidas a partir de uma “classificação social básica da população” (QUIJANO, p.117) a partir dos padrões de dominação que os colonizadores ali estavam determinando.

Antes da chegada dos colonizadores à América, é sabido que muitos povos já habitavam este espaço, como os astecas, os maias, incas, chimus, aimarás (QUIJANO, 2005, p.127) entre outros. Eram povos com linguagem e historicidade cultural e social próprias, mas que, aos olhos dos colonizadores, eram inferiores apenas por possuírem características fenotípicas, como a cor. Classificaram como “cor” os traços fenotípicos das pessoas escravizadas. Sendo assim, se os escravizados, os “outros”, eram pessoas negras, então os colonizadores passaram a se auto denominarem de “brancos” (QUIJANO p. 118). O autor pontua que neste momento os índios ainda não faziam parte da sociedade colonial, portanto as pessoas negras eram a raça colonizada mais importante até então. Com a expansão da dominação colonial, novas identidades foram criadas, como os amarelos, no caso dos povos indígenas, e os azeitonados, como no caso da população mediterrânea.

Essa ideia de raça deu suporte para que a colonização dessas pessoas fosse legitimada, uma vez que a expansão do colonialismo europeu naturalizou essa perspectiva como relação de dominação justificável. Assim, a raça foi “o primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIJANO, 2005, p.118). A raça e a divisão do trabalho, portanto, reforçaram-se mutuamente.

É importante, também, pontuar as causas para o crescimento do controle mundial econômico europeu no mundo todo, as quais serviram como base para sua hegemonia e como argumento para que as opressões e explorações dos povos colonizados fossem naturalizadas. Primeiro, tem-se a localização próxima ao Atlântico, a qual foi imprescindível para o tráfico de mercadorias em escala mundial. Segundo a possibilidade de converter em dinheiro os metais

¹⁸ Termo o qual Quijano (2005) identificou a concentração do capital na Europa, dos assalariados, do mercado de capital, da sociedade e culturas associadas a essas determinações.

preciosos encontrados nas Américas e que concedeu um controle maior ao intercâmbio dessas mercadorias entre a China, Egito e Índia (QUIJANO, 2005, p.119), fazendo com que o controle do capital comercial fosse possível. E, terceiro, isso tudo não poderia ter sido tão consolidado se não fosse pelo trabalho forçado e gratuito de indígenas, negros e mestiços a partir de uma dominação sobre as diversas populações ao redor do globo.

Desse modo, como pontua Quijano (2005), cria-se uma identidade geocultural que até então não existia: a Europa. Sede do controle do mercado mundial, a Europa estabeleceu uma ideia de que o trabalho não-pago era única e exclusivamente voltado para as raças dominadas (p.120), e o trabalho assalariado, por sua vez, era privilégio dos europeus, criando assim uma forma específica de controle do trabalho através da relação entre capital-salário. A partir dos apontamentos do autor, podemos observar a “geografia social do capitalismo” (QUIJANO, 2005, p.120) uma vez que essa colonialidade do trabalho, a partir do controle do capital que regia o conjunto da estrutura social e as formas de controle trabalhista, evidenciou a concentração dessas relações entre a Europa e os europeus, os estruturando como centro do capitalismo.

Com isso, a Europa conseguiu colocar seu padrão de poder ao redor do mundo todo, atribuindo às regiões fora da Europa novas identidades geoculturais. Elaboraram a categoria “Oriente”, o outro, em contraponto com o Ocidente, a Europa. À vista disso, criou-se uma nova intersubjetividade mundial em que as formas de conhecimento, cultura e produção de sentidos dos povos colonizados foram reprimidas de forma que foram forçados a absorver a cultura dominante para que a reprodução da dominação fosse perpetuada. Isso desenvolveu um etnocentrismo, justificado a partir da classificação racial espalhada no mundo todo, e que criou também uma perspectiva temporal da história. “Os povos colonizados eram inferiores e, portanto, anteriores aos europeus” (QUIJANO, 2005, p.122). Isso gerou uma operação mental que tomou como ponto de partida a história da humanidade a partir da Europa. Tem-se, portanto, as seguintes categorias: oriente/ocidente, primitivo/civilizado, tradicional/moderno e, uma em específico que serve como base para entendermos melhor a relação de dominação sob animais humanos e não-humanos: a irracional/racional.

De acordo com Quijano (2005), o processo de separação dos elementos corpo e não-corpo acompanharam o mundo cristão historicamente na ideia da sobreposição da “alma” sobre o “corpo”. “É a ‘alma’ o objeto privilegiado de salvação, mas é o ‘corpo’ que no fim das contas é o ressuscitado, a culminância da salvação” (p.128-129) e isso se mostra como uma ambivalência da teologia cristã. A partir de Descartes, emerge uma separação entre “sujeito/razão” e “corpo” e isso nos traz elementos interessantes para observar como se

estruturam as relações raciais de dominação. A partir dessa perspectiva, a “razão/sujeito” seria a única como forma de reconhecer uma racionalidade, enquanto o “corpo” seria apenas objeto de conhecimento (QUIJANO, p.129). Como algumas raças são consideradas inferiores, seriam apenas objeto de estudo, e não seres racionais. Como estão mais próximos da natureza, primitivos, e seu corpo é passível de dominação e exploração.

Isso tudo se justifica a partir do mito fundacional de que o processo civilizatório culmina na Europa. Se as raças inferiores são anteriores aos europeus, então estão mais próximas da natureza e, portanto, primitivas e não civilizadas. Esse dualismo “sujeito/razão” e “corpo”, como pontua Quijano (2005), afetou não só as formas raciais de dominação mas também as relações sexuais de dominação.

Em *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*, o historiador Keith Thomas (1989) tece algumas semelhanças entre a exploração e a dominação entre os animais humanos e não-humanos. Essas questões servirão de exemplo para os apontamentos feitos por Aníbal Quijano (2005) e expostos neste trabalho até então, reforçando a importância de reconhecer a inter-relação entre essas formas de opressão. Essa compreensão justifica a necessidade em analisar criticamente o veganismo, observando o grau de interseccionalidade existente neste.

A ética da dominação humana removia os animais da esfera de preocupação do homem. Mas também legitimava os maus tratos àqueles que supostamente viviam numa condição animal. Nas colônias, a escravidão, com seus mercados, as marcas feitas em brasa e o trabalho de sol a sol, constituía uma das formas de tratar os homens vistos como bestiais (THOMAS, 1989, p. 53).

Os povos indígenas algonquinos¹⁹ mantinham uma relação religiosa que estabelecia um acordo entre os animais não-humanos e os animais humanos. Esse acordo, por sua vez, impossibilitava aos colonizadores europeus a exploração massiva da vida natural da região. Com isso, os europeus agiram sobre a inter subjetividade dos indígenas a fim de colocá-los contra os animais não-humanos, ao passo que o povo foi convencido de que estes animais não cumpriram com o acordo estabelecido e as enfermidades trazidas pelos colonizadores (as quais os xamãs indígenas não conseguiam encontrar cura) eram de responsabilidade dos animais fazendo com que fosse declarada guerra a estes (THOMAS, 1989, p.28). O controle da inter subjetividade, dessa vez, atuou para que os europeus pudessem dar continuidade aos incentivos à caça estruturados pelo mercado no padrão de poder europeu.

¹⁹ Os algonquinos eram grupos de povos indígenas que habitavam algumas regiões do Canadá, ao longo dos rios Ottawa e afluente setentrional do São Lourenço.

No capítulo terceiro deste mesmo livro, Keith Thomas (1989) traz à luz mais evidências de como foi construída a separação entre animais humanos e não-humanos, que inclusive foram os mesmos elementos que distanciavam os animais humanos dominados frente aos dominadores. A fala, a razão e a religiosidade foram pontos cruciais para separar animais humanos e não-humanos. A importância na fala reside no fato de que, sem ela, os animais não-humanos não podiam expressar sua superioridade sobre os animais humanos. A razão, por sua vez, mostrava que os animais não-humanos não eram donos de suas próprias escolhas, sendo guiados apenas pelo impulso de seus instintos e, com isso, não tinham a capacidade de progredir. A religiosidade era a mais importante para os teólogos da época pois, sem ela, os animais não-humanos não tinham almas e eram mortais, ao passo que os animais humanos tinham alma e eram imortais.

Existia uma certa falta de concordância sobre qual exatamente era a superioridade dos animais humanos sobre os não-humanos, mas alguns filósofos ocidentais buscavam diferenciar os humanos como: animal que ri, animal que cozinha, animal que fabrica seus utensílios, animal político (THOMAS, p.37). Tais adjetivações destacavam um ideal de comportamento humano, de forma que “a propriedade privada constitui-se na principal diferença entre animais e homens” (Idem, p.38).

Havia na época uma procura incessante sobre o que distanciava animais humanos e animais não-humanos. Thomas (1989) evidencia que foram estruturadas algumas perspectivas acerca dessa procura e podemos assinalar dois principais intuitos para formulação desses pensamentos: primeiro, o reforço de um antropocentrismo a fim de justificar a crueldade e a exploração de animais não-humanos e, segundo, a tentativa de separar os animais humanos entre “animalescos” /brutais” daqueles “civis” e “bem comportados”.

Podemos destacar a tentativa de Descartes, no século XVII, ampliando um pensamento formulado em 1554 pelo médico espanhol Gomez Garcia, ao pontuarem que os animais não-humanos são “meras máquinas ou autômatos, tais quais como os relógios, (...) incapazes de falar ou raciocinar” (THOMAS, 1989, p.39). Mesmo que Descartes observasse que os humanos também são autômatos uma vez que desempenham “funções inconscientes, como a digestão” (idem, p.39), só estes têm uma mente, uma alma separada e, portanto, só os humanos têm, simultaneamente, “tempo, matéria e intelecto” (p.39).

Descartes negava almas aos animais por estes não exibirem qualquer comportamento que não pudesse ser atribuído ao mero impulso natural. Mas seus seguidores foram mais longe. Os animais, declaravam, não sentem dor. O gemido de um cão que apanha não constitui prova do sofrimento animal, assim como o som de um órgão não atesta que o instrumento sente dor quando tocado. Os uivos e contorções de um bicho seriam

meros reflexos externos, sem relação com qualquer sensação interior (THOMAS, 1989, p.40).

Tal perspectiva cartesiana, portanto, apresentava-se como uma racionalização para o tratamento dos animais humanos frente aos não-humanos, uma vez que forneceu uma concepção teologicamente aceita na qual os animais não-humanos, por não terem almas e não sofrerem (ou seja, meros objetos), poderiam ser explorados como um direito dos humanos. Caso contrário, se admitissem que os animais não-humanos “tivessem sensações, era fazer do comportamento humano algo intoleravelmente cruel” (THOMAS, 1989, p.41).

Nesse sentido, Gary L. Francione, ativista e professor de Direito especialista em direitos animais, pontua que os animais não-humanos possuem valor e direitos inerentes devido sua sentiência, sendo essa a capacidade em sentirem sensações e sentimentos de forma consciente.

Não há qualquer característica que sirva para distinguir os humanos dos outros animais. Qualquer atributo que possamos pensar que torna os humanos ‘especiais’, e assim diferentes dos outros animais, é compartilhado por algum animal não humano (FRANCIONE, 2013, p.32).

A segunda perspectiva, por sua vez, nos evidencia uma tentativa em separar animais humanos adequados e não-adequados, brutais/bem comportados, animais escos/civis. O autor elucida que, assim como a religião e a moral, a “civildade” também era uma forma como os animais humanos encontraram para distanciar e hierarquizar estes sobre os animais não-humanos. Era comum, portanto, classificar atitudes que os aproximassem de uma forma “bestial”, longe da civilidade esperada, como por exemplo o ato de engolir comida sem mastigá-la, assim como fazem as cegonhas ou, também, não lambem pratos ou roer ossos assim como os gatos e cães. Como pontua Thomas (1989, p.44), “uma vez que todas as funções físicas tinham associações indesejáveis, alguns comentadores consideravam ser a moderação do corpo, o que distinguia os homens das bestas.”

Essas diferenciações geraram, conseqüentemente, uma “sub-humanidade” (THOMAS, 1989) uma vez que os animais humanos que saíssem das normas comportamentais e que não demonstrassem qualidades específicas humanas, seriam rebaixados a tal classificação de forma que fossem estabelecidos também os “homens e não-homens” (Idem, p.49).

Ainda mais bestiais eram os pobres - ignorantes, sem religião, esqueléticos em suas condições de existência e, mais importante, não tendo os elementos que se supunha caracterizarem o ser humano: alfabetização, cálculo numérico, boas maneiras e apurado senso de tempo. Os intelectuais desde muito costumavam encarar as pessoas não letradas como sub-humanas (THOMAS, 1989, p.52).

A partir da construção de “sub-humanidade” e da perspectiva antropocêntrica, foi reforçada uma noção de ideal no que tange a formas de existir. Se animal não-humano, então o

destino não pode ser outro a não ser a morte ou a desimportância. Se animal humano pobre, sem alfabetização ou longe de quaisquer características exemplares de ser humano, como a civilidade ou autocontrole sobre seus impulsos, então também será colocado como desimportante frente sua “sub-humanidade” inerente. A exploração animal e não-animal era justificada e, por serem passíveis de serem explorados, eram inferiores.

O dado exposto procurou elucidar a questão levantada por Angela Davis (2012) a respeito de como tratamos os animais não-humanos e as pessoas que estão ao fundo da hierarquia. Ambas as explorações estão diretamente relacionadas com a colonialidade do poder, na qual buscou traçar diferenças e hierarquizações entre europeus e não-europeus, “sujeito/razão” e “corpo” a fim de justificar explorações. Assim como analisamos a forma como foi construída uma lógica antropocêntrica que distanciou a natureza dos animais humanos, a primeira apareceu para servir e existir como recurso aos anseios daqueles que se configuram ao topo de uma hierarquia econômica-social.

A relação entre animais humanos e animais não-humanos se estabeleceu histórico-socialmente, de forma que a racionalidade europeia, de caráter colonial, racista, violento e opressor rumou o curso dessa relação que ainda continua violenta para as pessoas que estão ao fundo da hierarquia econômico-social e, concomitantemente, age de forma devastadora para com os animais não-humanos.

O exposto nos conduz ao movimento que até os dias de hoje conhecemos como veganismo. O curioso é que este veganismo, como já dito, nasceu na Europa, mais especificamente no Reino Unido, quando no surgimento da Sociedade Vegana (a Vegan Society) em que se publicavam newsletters sobre a temática que Donald Watson cunhou como veganismo, sendo uma “forma de vida que busca excluir, dentro do possível, todas as formas de exploração e crueldade para com os animais não-humanos” (DAVIDSON, 2021, p. 110). Entretanto, este veganismo nascido na Europa não se atentava a necessidade de intersecção entre a crueldade aos animais não-humanos e a luta de movimentos sociais os quais sofriam também com a lógica colonial de hierarquização social.

É de suma importância a análise deste veganismo, pois suas raízes ainda perpetuam nos dias atuais, carregando marcas de perspectivas eurocêntricas, excludentes e inacessíveis para grupos sociais que também sofrem com tal lógica, nos quais os distanciam do fato de que a violência que sofrem os animais não-humanos é semelhante às formas de opressão que também sofrem os animais humanos. Investigar este veganismo europeu nos ajudará a observar se, atualmente, grupos e ativistas veganos estão dedicados a construir uma noção de veganismo que considere essa intersecção. A literatura, por sua vez, nos deu alicerces para provar que a

lógica colonial que dá origem ao especismo no qual atinge animais não-humanos também é base para opressões que atingem animais humanos, como o sexismo e o racismo, mostrando que tais lutas podem ser conjuntas.

A partir dos estudos de Martina Davidson (2021), poderemos analisar os fundamentos desse veganismo europeu a partir do material analisado nas revistas da *Vegan Society* (em português, Sociedade Vegana), principal meio de comunicação e propagação das reflexões acerca do tema, em conjunto com uma análise do contexto da época, elemento imprescindível para a interpretação sobre a linguagem utilizada (p. 113), os autores que participavam e o que se pode extrair do cenário político da época. Com isso, são estruturadas informações como “a origem, ao momento, aos agentes, ao local e a forma através da qual o veganismo se forjou” (DAVIDSON, p. 113). É importante salientar que a análise da autora não é feita subjetivamente, mas sim a partir de uma “leitura e interpretação sistematizada, baseada e fundamentada em outros materiais pesquisados” (Idem, p. 113).

O conceito de veganismo elaborado pela Sociedade Vegana surgiu no Reino Unido, em 1945, um ano após a publicação da primeira edição da *Vegan News* (p. 116) e o entendimento do seu contexto histórico-social é fundamental para refletir sobre sua existência desde o primeiro momento.

A autora delinea o momento histórico em que, durante a Primeira Guerra Mundial, submarinos de adversários britânicos bloqueavam a importação de alimentos através do mar, fato que levou a população britânica à fome (p. 117). A partir disso,

Algumas medidas remediadoras foram implementadas para tentar esquivar a escassez de alimentos, com destaque para a expansão de pequenos loteamentos destinados ao plantio e a algumas mudanças estruturais na arquitetura trabalhista (DAVIDSON, 2021, p. 117).

No entanto, apenas em 1937 (antecedendo a Segunda Guerra Mundial) o governo britânico decidiu tomar medidas voltadas para uma crise alimentar em caso de conflito armado. Criam-se, por parte do Ministério da Agricultura e do Ministério de Alimentos, medidas de racionamentos de alimentos e campanhas publicitárias sobre o tema (DAVIDSON, p. 118).

É importante não perder de vista este momento histórico. Nele, são encontradas diversas características do veganismo cunhado posteriormente, demonstrando, assim, a preocupação do movimento na época de modo que fique evidente a não participação de outros agentes nas pautas trabalhadas. Assim, é possível tecer considerações sobre os aspectos que ainda são presentes no movimento vegano e que contribuem para a manutenção da exploração aos animais não-humanos, uma vez que não se faz acessível para todos os indivíduos, fato que dificulta a desconstrução do imaginário que coloca o veganismo como algo utópico.

A *Grow more Food* foi uma campanha de racionamento de alimentos (depois de complexificada, deu lugar à *Dig for Victory*, ou, “Cave pela Vitória”) implementada pelo Ministério da Agricultura inglês que tinha como objetivo o ato de “incentivar o maior número possível de homens, mulheres e crianças a usarem seus jardins ou pedir às autoridades locais um lote para alimentar suas famílias com vegetais suficientes para grande parte do ano todo” (DAVIDSON, 2021, p. 118). Outra tática para o racionamento de alimentos se deu a partir dos *Ration Books* (em português, livros de racionamento) onde cada família tinha uma quantidade máxima de alimentos para consumir durante uma semana (p. 118).

Os primeiros alimentos a serem racionados foram o bacon, gorduras para cozinhar (principalmente manteiga e margarina) e açúcar. Já em 1942, constavam no *Ration Book* os seguintes alimentos: açúcar, carnes, queijo, ovo e gorduras para cozinhar. Nota-se que é importante ressaltar que peixe e frango já estavam incluídos na categoria “carnes” e que além do queijo também havia racionamento de leite e demais laticínios (DAVIDSON, 2021, p.118).

O racionamento, portanto, era majoritariamente de origem animal. Não existia estímulo para reduzir o consumo de substitutos e outros produtos vegetais. As duas estratégias, seja o incentivo à plantação de vegetais e seu consumo, tanto os livros de racionamento, visavam o aumento do consumo de vegetais. O incentivo pelo cultivo de vegetais em detrimento da criação de animais para consumo se dava pela maior produtividade do primeiro em relação ao espaço-ocupado (p.119).

A campanha *Dig for Victory* ou “Cave pela Vitória” (antiga *Grow more Food*) utilizava a imagem de pás em seus slogans, uma forma de relacionar a agricultura com a vitória da Inglaterra na Segunda Guerra. As campanhas e propagandas eram uma forma de fazer com que a população britânica se sentisse engajada na vitória da guerra, principalmente as mulheres devido ao fato de estarem responsáveis pela alimentação nos lares, uma vez que a mão de obra masculina foi mandada para o conflito mundial (Idem, p.121).

É importante ressaltar que, na campanha *Dig for Victory*, havia a possibilidade de fornecimento de terras à população de classe média ou pobre (as pessoas mais ricas, no caso, já tinham jardins em suas casas). Levamos em consideração que as mulheres, público principal da campanha, tiveram, ao longo da história, diferenças quanto a seus tipos de trabalho. Enquanto as mulheres mais pobres trabalhavam fora de suas casas, seja nas indústrias ou como trabalhadoras domésticas, as mulheres mais ricas trabalhavam como enfermeiras ou professoras (KNIGHT *apud* DAVIDSON, 2021, p. 122). O fornecimento de terras por parte da *Dig for Victory* se dava a partir da escolha de um “candidato adequado” estabelecido a partir de critérios como a disponibilidade de tempo para trabalhar na terra. No entanto, eram poucas as pessoas de classe média ou pobre que conseguiam ingressar na campanha, uma vez que estavam

atarefadas nos seus trabalhos fora de casa. Para tais pessoas, a solução oferecida era a de cultivar vegetais nas janelas ou telhados, fato que diminui a possibilidade em cultivar vegetais variados, além da péssima condição em se trabalhar em cima de telhados (Idem, p.123).

Sendo assim, “vemos aqui um recorte de classe que reforçou, durante a escassez de alimentos da Segunda Guerra Mundial na Inglaterra, o abismo nutricional entre as classes sociais” (DAVIDSON, 2021, p. 123). Tem-se, portanto, um Estado mantendo hierarquias socioeconômicas a partir de políticas públicas que dão vantagem a pessoas com maior poder aquisitivo, assim como utiliza a prática de plantio em casa e substituição de alimentos para fomentar um sentimento de identidade nacional.

É nesse contexto histórico, político e social, portanto, que se originou o veganismo difundido nos dias de hoje. Notamos que não existia qualquer interesse em lutar por mudanças na estrutura social ou pelo direito dos animais não-humanos.

Para Davidson (2021), a contextualização histórica do surgimento desse veganismo nos faz entender “certas tendências que podem ser observadas até hoje ou características que impediram a expressão de um veganismo de contracultura” (p. 124) porém, não bastam as análises sobre onde e quando foi instituído o veganismo, mas é preciso analisar quem eram os atores envolvidos nessa conjuntura. São necessárias investigações sobre com quem esse veganismo se preocupava, sobre o que e para quem a Sociedade Vegana escrevia, entre outros. Com isso, seremos capazes de entender quem esteve excluído do veganismo (DAVIDSON, 2021).

A autora nos presenteia com uma excelente e minuciosa análise das primeiras edições do *Vegan News*, revista fundada pela Sociedade Vegana, delineando suas características desde sua criação. Este elemento de análise é imprescindível neste trabalho pois, com isso, apresentaremos bases para o estudo do caráter do movimento vegano na atualidade, de modo a investigar se as características encontradas no veganismo desde sua fundação continuam predominantes nas ações dos ativistas que se deitam sobre essa causa.

Em 1944, no Reino Unido, Donald Watson lançou a primeira edição da revista *Vegan News*, a qual foi endereçada a um grupo de pessoas que compunham a Sociedade Vegetariana na época.

Nesse boletim de notícias aparece, pela primeira vez, a palavra “Veganism/Veganismo”, a qual Watson (1944) define como “um tipo de dieta vegetariana que busca excluir o consumo de ovos, derivados do leite e outros ingredientes de origem animal”. Além disso, Watson explica que o Veganismo incluiria o incentivo à adoção dessa dieta e o encorajamento da criação de alternativas aos produtos de origem animal (DAVIDSON, 2021, p. 125).

Ao utilizar o termo “vegan/vegano”, Watson se referia à dieta e deixava claro que não se tratava de uma dissolução para com o vegetarianismo, pois este abriu portas para as discussões em torno do assunto.

O segundo volume da revista era, também, centrado em dieta e alimentação. Todas as publicações eram produzidas por Watson, exceto uma receita de pudim de arroz, escrita por uma mulher. Fato que, segundo Davidson (2021), cabe questionar os estereótipos de gênero da revista uma vez que, atrelado a isso, todos os comentários de leitores em destaque eram homens (p.125).

Somente na terceira edição da revista houve a criação formal da Sociedade Vegana, com Donald Watson como presidente. No decorrer dos volumes posteriores, as receitas continuaram com autoria feminina, introduziu-se a discussão sobre vestimentas com produtos de origem animal, propagandas de coisas, espaços e lugares veganos (DAVIDSON, 2021, p.126) começaram a aparecer no final das notícias, além de um grande espaço destinado a cultivo do solo e plantação de vegetais com valor nutricional suficiente, evidenciando uma semelhança com as perspectivas atribuídas na Dig for Victory. Essa relação de compatibilidade fica ainda mais evidente quando, em 1946, o Ministério da Agricultura é convidado a visitar o centro da Sociedade Vegana (Idem, p.135).

A partir da análise documental das edições posteriores, Davidson (2021) evidenciou uma “guerra de poder” (p. 138) envolvendo Donald Watson e Leslie Cross. Após a renúncia de Watson da presidência, Leslie Cross assumiu e, com isso, repercussões negativas dentro da Sociedade Vegana se desenvolveram em torno da inclinação de Leslie a uma abordagem emancipacionista. “Seu objetivo [...] era transformar a Sociedade em uma organização pelos direitos dos animais” (p.127). Com a chegada de Cross, o número de membros caiu de 600 para 397 integrantes, fato que demonstrou a insatisfação em redirecionar as pautas da Sociedade, antes vinculadas à dieta e alimentação, para a discussão dos direitos animalistas.

Ao todo, Davidson (2021) teve como objeto de análise 37 volumes da revista e, destes, 35 apresentavam propagandas estimulando o consumo de produtos ou incentivando estabelecimentos. Desde sua fundação, portanto, o veganismo instituído na Europa não demonstrou se preocupar com questões de gênero, raça ou etnia, uma vez que incitava o consumo excessivo assim como não abriu mão do antropocentrismo quando houve a tentativa de introduzir discussões voltadas para o direito dos animais. Além disso, suas pautas não incluíam identidades minoritárias (idem, p. 138) evidenciando um caráter elitista, eurocentrado, acrítico e sem se contrapor a hegemonia capitalista da época.

Portanto, temos nesse veganismo amplamente difundido pouquíssimas possibilidades de mudança social, as quais trariam contribuições para a autonomia de indivíduos e na abolição do sofrimento dos animais não-humanos, como faz, por exemplo, o veganismo popular. O veganismo criado por Donald Watson não desafia o poder hegemônico e é envolvido pelo chamado capitalismo verde, tornando-se um nicho de mercado.

É de suma importância o resgate realizado neste trabalho sobre as semelhanças entre as opressões sofridas por animais humanos e não-humanos, pautados em uma lógica colonial de inferioridade colocada como inerente ao capitalismo. Esta lógica, como já exposto, coloca aqueles que estão fora da hegemonia social europeia, de “modelo” de civilização, como algo diferente e, por isso, inferior e passível de ser explorado. É necessário que o movimento vegano esteja aberto a outros veganismos, de forma que suas discussões sejam abertas e incluam as outras formas de opressão, visto que surgem de uma mesma lógica de funcionamento. Estamos diante da urgência em dar voz a um veganismo crítico, antiespecista e anticapitalista, que entenda a correlação estrutural entre as opressões, transcenda a lógica de lucro e questione a exploração de animais humanos e não-humanos.

Portanto, torna-se necessário analisar o caráter do movimento vegano/antiespecista nos dias de hoje, mais especificamente do estado de São Paulo, a fim de investigar se os grupos e ativistas estão mais voltados a perpetuar uma perspectiva do veganismo nascido na Europa, ou se estão inclinados estabelecer uma intersecção entre lutas a fim da libertação dos animais humanos e não-humanos.

3. ESTUDO DE CASO: O POSICIONAMENTO DE ATIVISTAS E GRUPOS VEGANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO NAS MÍDIAS SOCIAIS

A partir do exposto neste trabalho, consideramos imprescindível uma abordagem dentro do veganismo que se mostre preocupada com os anseios de trabalhadores do campo e da cidade, assim como dos indígenas, das mulheres e pessoas racializadas em conjunto com a luta pela libertação de animais não-humanos. Ambas as lutas encontram suas formas de opressão a partir da mesma lógica: capitalista e colonial.

Considerando a relevância das redes sociais na disseminação de informações, onde aproximadamente 70% dos brasileiros as utilizam para obter dados²⁰, a realização da análise dos ativistas e grupos veganos consistirá em uma investigação a partir das mídias sociais, em específico o *Instagram* de tais atores. A escolha do estado examinado se dá no fato de que, a partir do censo realizado e atualizado regularmente pelo portal Mapa Veg (2016)²¹, São Paulo é o estado com o maior número de pessoas veganas e vegetarianas. Dentre as pessoas que responderam o censo, cerca de 31,7% se consideram veganas. Com isso, é possível ter como referência a noção da distribuição dos adeptos ao veganismo no país e entender como materializam suas ideias através da plataforma.

Consideramos a importância do uso da internet para a estratégia de ativismos, conforme Garrett (2006), funcionando como uma ferramenta eficaz na difusão de ações e mobilizações.

A rapidez da internet, aliada à possibilidade do usuário comum se tornar provedor de informações, em contraponto à verticalidade dos meios de comunicação de massa tradicionais, faz desse canal um importante meio de articulação a baixo custo, cabendo manifestações de diversas naturezas e sem limitações de fronteiras geográficas (VILLELA, 2012, p. 26).

Segundo pesquisa realizada pelo IPEC, em 2018, o veganismo cresceu no Brasil, com um aumento de 14% dos adeptos a este movimento²². Com isso, é interessante realizar algumas investigações acerca do posicionamento de ativistas e grupos veganos, de forma a entender como abordam o assunto. Para tanto, foram utilizadas ferramentas de procura baseadas em palavras-chave como “veganismo”, “pessoas veganas” e “perfis veganos no Instagram”, de forma a encontrar ativistas e grupos veganos que apresentassem elementos que pudessem compor uma análise acerca dos conteúdos apresentados.

²⁰Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/10/13/internet-e-redes-sociais/70-dos-brasileiros-usou-redes-sociais-como-fonte-de-informacao/>. Acesso em 27 de set. de 2023.

²¹ Disponível em: <https://www.mapaveg.com.br/censo/estatisticas>. Acesso em 27 de set. de 2023.

²² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/veganismo-antirracista-conheca-o-movimento-feito-por-uma-estudante-da-periferia/>. Acesso em 27 de set. de 2023.

Sendo assim, a tabela 1 apresenta os 18 perfis encontrados, dentre eles ativistas e grupos, oriundos do estado de São Paulo, cujo conteúdo estava compatível com a proposta de análise deste trabalho.

Tabela 1: Grupos e ativistas veganos do Estado de São Paulo e suas principais publicações.

Grupos/ativistas	Publicações
Não mate @movimentonaomate	Organização de rodas de conversa, abordagem interseccional discutindo antirracismo, participações em atos públicos, distribuição de material educativo, informações sobre crueldade animal.
Luciene Santos (@sapavegana)	Publicação de receitas com alimentos vegetais acessíveis, entrevistas sobre veganismo popular e desigualdades sociais, participação em rodas de conversa, aborda pautas antirracistas e faz reflexões sobre seu veganismo enquanto mulher negra e lésbica.
Vegano Periférico (@veganoperiferico)	Reflexões sobre veganismo e demais temas como masculinidade, produtos industrializados e elitismo, debates online e presenciais sobre veganismo popular com outros ativistas, abarcando temáticas raciais, sociais e políticas, além de apresentar receitas com vegetais acessíveis.
Coletivo Ovelha (@ovelhacps)	Diversas reflexões sobre a relação do veganismo com questões como a consciência negra, feminismo, ecossocialismo e maternidade, problematiza o consumo de animais, enfatiza a importância da interseccionalidade no veganismo, organiza rifas para auxiliar no tratamentos de animais junto a outros coletivos e pessoas independentes, assim como encontros presenciais para debates.
Coletivo Cavalo (@coletivocavalo)	Possui grupos de estudos para leitura de livros relacionados ao veganismo, organiza rodas de conversa online e presenciais sobre veganismo popular e antirracista, promove a doação de alimentos junto a outros coletivos.
Nátaly Neri (@natalyneri)	Apresenta reflexões sobre sustentabilidade, faz vídeos sobre veganismo e racialidade, participou de entrevistas abordando interseccionalidade no movimento, promove a compra de produtos caros sem nada de origem animal.

Kauan Willian (@kakobelmont)	Debates presenciais e online sobre veganismo popular, produção de artigos, reflexões interseccionais, divulgação de material educativo, participação em atos públicos.
Luisa Motta (@luisa_motta)	Publicação de receitas, promove a compra de produtos caros sem nada de origem animal, críticas direcionadas a indivíduos não veganos, promove uma alimentação saudável, ausência de temas interseccionais como questões de classe ou raça.
Matheus Rocha @vegrocha;	Publicações voltadas para alimentação a base de vegetais, incentiva a compra de produtos de grandes marcas (ainda que sem nada de origem animal), ausência de debates politizados.
Antar Vegan (@antarvegan)	Organização de atos públicos, rodas de conversa acerca do veganismo e temas interseccionais, promove ações sociais de entrega de marmitas à pessoas em situação de rua, divulgação de folhetos informativos e educativos, indicação de leituras, grupos de estudos online e presenciais, forte presença de debates interseccionais.
Leo Kazuya (@roledevegano)	Produz receitas com alimentos acessíveis e alguns não muito acessíveis, promove a compra de produtos, ausência de debate sobre questões sociais.
Luiza Faria (@aquelvegana)	Produz receitas com produtos inacessíveis e divulga restaurantes veganos caros.
Laura Dicker (@vegcomcarinho)	Produz receitas com produtos inacessíveis e alguns poucos acessíveis, tratou sobre questões sociais de forma breve em stories fixados, promove a compra de produtos caros.
Coletivo Colve (@coletivovegano.colve)	Organiza a Semana Libertária Vegana, onde são discutidas interseccionalidades como o anticapitalismo e antirracismo, promove a informação sobre os direitos animais, realiza rodas de conversa sobre veganismo popular, apresenta receitas com alimentos vegetais acessíveis e simples, fornece vídeos informativos sobre o agronegócio.

Paula Aparecida (@profpaulaaparecida)	Participação em rodas de conversa sobre veganismo popular e feminismo, posts informativos e reflexivos abarcando interseccionalidades, discussão de políticas públicas relacionadas ao veganismo popular, participação em atos públicos.
Raquel Janaina (@kazveg)	Publicações voltadas à sensibilização sobre crueldade animal, participação em atos públicos, discussão de temáticas interseccionais, participação em lives sobre veganismo popular,
Gabriela Gabriel (@gaby_na_cozinha)	Chef de cozinha, publicações voltadas para divulgação de receitas com alimentos não acessíveis, posts breves abordando o direito dos animais e a conscientização ambiental.
Muuva (@muuvaunicamp)	Estudantes dedicados a promover rodas de conversa acerca do veganismo popular, participação em atos públicos, abordagem de temáticas interseccionais como o feminismo.

Fonte: elaboração da autora.

A pesquisa, portanto, procurou identificar quais foram os principais temas abordados nas publicações, a fim de responder às indagações propostas no que tange à contribuição dos ativistas e grupos veganos para a construção de um veganismo interseccional, que abarque questões para além das temáticas voltadas para uma alimentação saudável. Neste trabalho entendemos, portanto, que o fato de não apresentar informações acerca da relação entre capitalismo, colonialismo e as demais formas de opressão decorrentes destes processos, contribuem para que o veganismo ainda seja visto como algo apenas atrelado à alimentação. É importante pontuar que a questão alimentar é algo imprescindível no veganismo, mas não deve ser considerada como uma finalidade. O veganismo a que defende este trabalho considera o encontro entre a libertação de animais humanos e de não-humanos como pontos indiscutivelmente necessários para a discussão, sendo esta a finalidade defendida.

Para realização da análise desses conteúdos, as informações obtidas estão organizadas no infográfico disposto abaixo (gráfico 3), com o intuito de responder as principais pautas abordadas nas postagens e, além disso, entender qual a perspectiva adotada quando o assunto é alimentação.

Este trabalho procurou investigar, portanto, as seguintes indagações: a) Quais foram as principais pautas abordadas nas postagens? b) Se falam sobre alimentação, se deitam sobre quais elementos? c) As postagens têm o objetivo de conscientizar a população sobre questões

relacionadas ao veganismo? d) Consideram a interseccionalidade no veganismo? e) Os grupos e ativistas contribuem para a construção de um veganismo crítico, interseccional e anticapitalista?

A categoria alimentação levou em consideração, a partir da análise do feed, stories e demais publicações dos perfis, elementos como: discussões ou reflexões sobre alimentos vegetais, receitas com produtos acessíveis tais como banana, maçã, alface, abobrinha, feijão, mandioca, entre outros, ou receitas com produtos não acessíveis tais como tofu, levedura nutricional, castanhas diversas, queijos e leites vegetais processados, entre outros. Nessa categoria também foi analisada a divulgação de produtos alimentícios oriundos de grandes empresas capitalistas como Nestlé e Seara.

Com isso, foi possível observar que 17 perfis falaram sobre os aspectos elencados na categoria alimentação. Consideramos, portanto, que o tópico abordado é considerado indispensável para os atores estudados e, nesse sentido, analisamos o teor de tal abordagem.

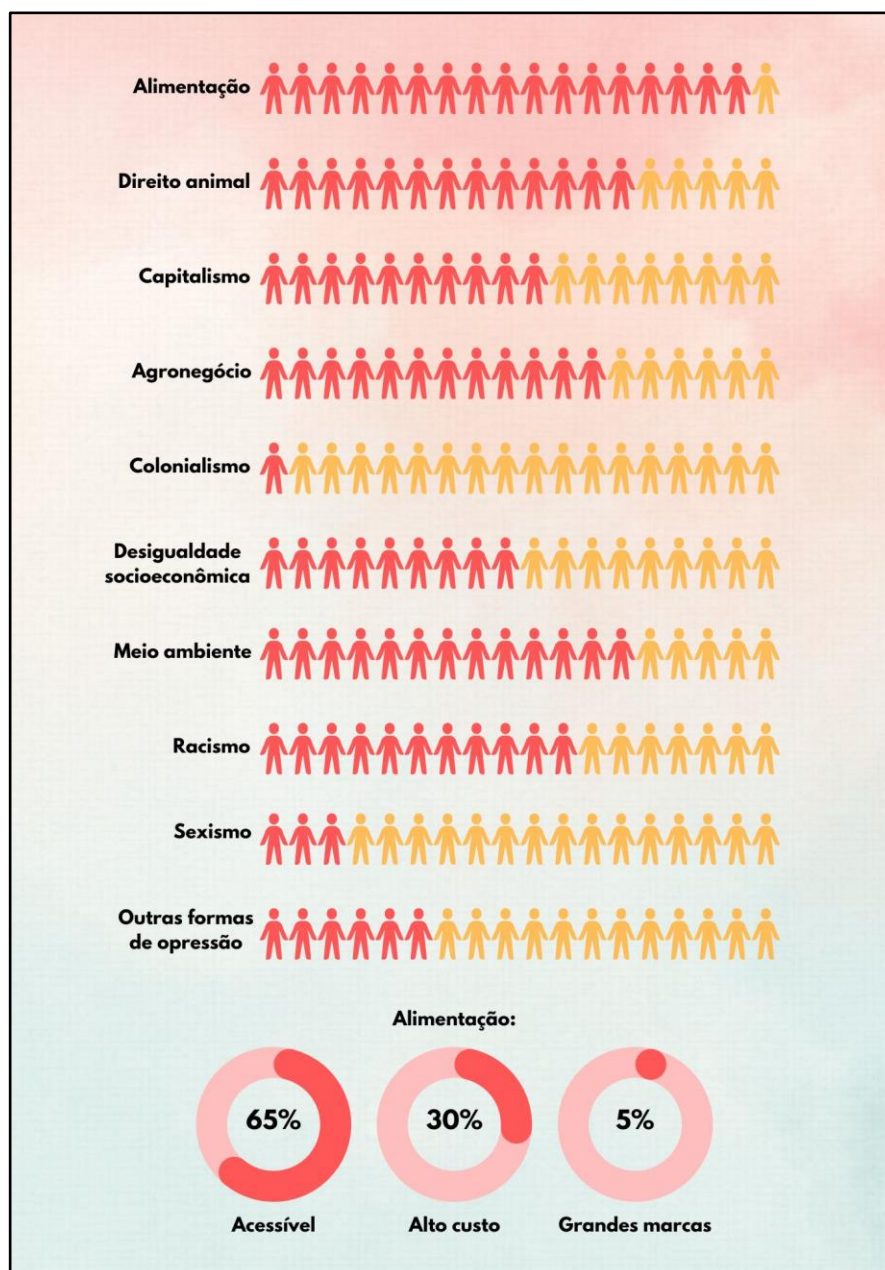
A partir do gráfico 3, elaborado a partir dos dados coletados, cerca de 65% dos perfis abordam a questão da alimentação utilizando-se de alimentos vegetais acessíveis, cerca de 30% utilizam-se de produtos de alto custo e, portanto, não acessíveis. No caso de indicação de produtos de grandes marcas como Nestlé e Seara, apresenta-se em 5% da amostra.

A categoria direito animal, por sua vez, inclui elementos como reflexão sobre crueldade animal, informações sobre número de animais mortos para consumo, indicação de leitura, filmes ou afins sobre a temática. Com isso, foi possível observar que 13 perfis abordaram a temática neste sentido.

A análise da categoria capitalismo levou em consideração aspectos como a criticidade e fomentação de uma discussão acerca do tema, indicação de leituras ou materiais que auxiliem na compreensão deste, textos esclarecedores e educativos relacionando veganismo e capitalismo. Com isso, evidenciamos que 10 perfis que se enquadram nos elementos propostos.

No que tange ao agronegócio, a análise buscou identificar a presença de reflexão sobre a temática, informações sobre o funcionamento do agronegócio brasileiro, impactos da monocultura no Brasil, indicações de leitura ou materiais que auxiliem no entendimento e possibilidade de correlacionar este com o veganismo. Com isso, pudemos observar que 12 perfis abordaram o assunto.

Gráfico 3. Principais pautas e abordagem sobre alimentação.



Fonte: elaboração da autora.

Quanto ao colonialismo, por sua vez, a análise levou em consideração a abordagem da temática para a compreensão das estruturas de opressão como o racismo e o sexismo, auxiliando na análise sobre como as opressões podem estar relacionadas ao especismo. Com isso, pudemos analisar que apenas um perfil abordou a temática.

Já a categoria desigualdade socioeconômica levou em consideração a abordagem das questões como desigualdade de renda, fornecendo informações ou reflexões sobre a importância em debater um veganismo que seja acessível à população, de forma que

contribuísse para o entendimento do leitor sobre o assunto. Foi possível observarmos, portanto, que 9 perfis abordaram essa questão a partir de tais parâmetros.

Em relação ao meio ambiente, buscamos analisar se os perfis abordaram a problemática ambiental presente na produção de animais para consumo, apresentando elementos como dados, reflexões ou notícias informativas, assim como na indicação de leituras ou materiais que auxiliassem na formação do leitor sobre o tema. Com isso, foi possível observarmos que 13 perfis se enquadram nessa análise.

Já a categoria racismo procurou identificar se os perfis abordam a temática racial em conjunto com o veganismo, de forma que o leitor entendesse e refletisse sobre a intersecção entre as lutas. Ao todo, 11 perfis tratam da temática nesse sentido.

Quanto ao sexismo, por sua vez, procuramos identificar se os perfis interseccionam o sexismo ao veganismo, fornecendo informações que construíssem algum entendimento do leitor acerca do tema. Nesse sentido, apenas 3 perfis abordaram a temática.

Por fim, no exame de outras formas de opressão, buscamos analisar se os perfis trataram sobre temas como a pauta LGBTQIAP+ em relação ao veganismo, fornecendo informações construtivas sobre. Ao todo, 6 perfis abordaram outras formas de opressão.

A partir das informações obtidas, é possível tecer considerações acerca do posicionamento dos ativistas e grupos veganos estudados. A temática da alimentação foi o elemento que mais apareceu nos perfis, demonstrando o interesse de tais agentes pelo assunto. No entanto, é importante ressaltar que essa temática não pode ser considerada como o objetivo final do movimento, uma vez que o veganismo pode ser muito mais abrangente e abordar diversas questões, como a desigualdade social e os impactos resultantes do sistema capitalista. Embora a alimentação desempenhe um papel significativo como uma forma de luta, consideramos que ela não representa a finalidade principal do movimento, sendo esta a libertação humana e não-humana.

Sendo assim, isso nos leva à abordagem de outros elementos fundamentalmente tratados neste trabalho, sendo eles o capitalismo e o colonialismo. A análise nos leva a compreender que tais assuntos não foram tão retratados quanto a alimentação. Entretanto, podemos afirmar que 55,5% dos perfis exprimem considerações sobre o sistema capitalista, de forma que possam ser construídas reflexões e contatos com noções pertinentes ao assunto. Este número apresenta uma preocupação, por parte dos agentes, em desempenhar uma função informativa e construtiva acerca da ideia, contribuindo para que o leitor faça uma ligação entre o veganismo e o debate anticapitalista. Desta forma, é possível que haja uma contribuição para que o veganismo seja

visto como algo para além da preparação de receitas ou a sensibilização para com os animais não-humanos.

Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrada em uma postagem do perfil Vegano Periférico (2020), na qual reflete sobre a noção de que produtos industrializados de grandes marcas como a JBS não representam uma vitória ao veganismo, mas funcionam apenas como nicho de mercado de forma a expandir o lucro, continuar a explorar animais não-humanos, humanos e o meio ambiente.

Essas megaempresas não tem dois caixas, um que entra para a proteção animal e o outro para o abate, tortura e exploração, é apenas um caixa, e esse dinheiro que entra só fortalece mais o negócio animal no Brasil e no mundo. E nós, que deveríamos boicotar e denunciar para dizer basta, estamos apoiando e financiando essas corporações (VEGANO PERIFÉRICO, 2020).

Quando analisamos o tópico sobre colonialismo, contudo, apenas um perfil apresenta alguma reflexão atrelando-o ao veganismo. Apresentar tal tópico faria com que o entendimento sobre a correlação entre as opressões fosse mais palpável aos leitores, uma vez que, a partir das noções expostas neste trabalho, fica evidente que as opressões que atingem animais humanos e não-humanos surgem da mesma lógica de opressão capitalista e colonial. Entretanto, é possível compreender que a temática ainda pode estar muito centrada dentro do debate acadêmico ou nas discussões acerca do racismo ou do sexismo. Esse resultado pode nos mostrar a profundidade com a qual os ativistas e grupos veganos trabalham o tema, sendo este pouco abordado de forma que seja construtiva para o entendimento dos leitores.

A abordagem acerca do direito animal indica que os perfis não perderam de vista o debate sobre o sofrimento animal, bem como disponibilizaram informações pertinentes para promover o entendimento do tema pelos leitores. Isso pode ser exemplificado pela publicação realizada pelo Movimento Não Mate (2018), ao discorrer sobre as problemáticas do consumo de animais, convocando seus seguidores a refletirem a partir de uma animação produzida pelo movimento.

‘Ver Melhor’ é a primeira animação produzida pelo Movimento Não Mate e busca mostrar, de forma simples e lúdica, que é possível fazer escolhas mais éticas, conscientes e compassivas diariamente. Ao deixar de consumir carne e demais produtos de origem animal, temos a chance de poupá-los do sofrimento, interrompendo uma grande e cruel cadeia de exploração (MOVIMENTO NÃO MATE, 2018).

Por sua vez, os números acerca dos temas pertinentes ao agronegócio e meio ambiente mostram uma preocupação em apresentar informações que auxiliem na construção do conhecimento por parte daqueles que leem. Como no caso de publicações do Coletivo Cavalo

(2020), trazendo conhecimentos acerca de espécies ameaçadas e o impacto de políticas ambientais ineficazes.

Estamos assistindo uma tragédia. Na verdade, o plano de desmontar a proteção ambiental no país segue firme. E assim milhares de espécies de animais padecem, carbonizados, mutilados. Áreas de pesquisa e preservação estão ameaçadas, como o maior refúgio mundial da arara azul e da região que concentra a maior quantidade de onças pintadas no mundo. E a população local sofre as consequências, com graves problemas respiratórios em meio à pandemia da Covid-19, além da destruição de seus lares e meios de subsistência. Tudo em nome do tão conhecido sistema capitalista, que vê no lucro a qualquer preço seu objetivo final. Oprime animais não humanos através da cruel indústria agropecuária. E oprime também animais humanos, muitos dos quais seguem lá, na frente de batalha, lutando para tentar combater e salvar o que for possível, numa tarefa heroica e arriscada (COLETIVO CAVALO, 2020).

As discussões acerca do racismo emergiram em 11 dos perfis estudados, demonstrando sua capacidade de incitar um entendimento crítico a respeito do tema, que vai além de simplesmente adotar o veganismo como uma escolha alimentar. Ao abordar esse conteúdo, percebemos que os leitores têm a oportunidade de conectar o veganismo a uma luta mais abrangente, que não exclui outras formas de opressão, tornando-se assim um movimento aberto e inclusivo na construção de um poder popular. Como exemplo, podemos citar a reflexão de Luciene Santos (SAPAVEGANA, 2019)

Ser uma pessoa negra dentro do movimento vegano me ensinou que não preciso me desgastar em debates sobre religiões de matriz africana com pessoas que são visivelmente racistas, que acham que umbanda e candomblé matam cachorros e gatos e os jogam nas encruzilhadas.
Me ensinou que muitas pessoas como eu querem parar de colaborar com a exploração animal e destruição do planeta e que elas precisam que eu, assim como os veganos pretos fizeram comigo, mostre que não é preciso ter a vida do vegano rico e branco para ser vegano (SAPAVEGANA, 2019).

Os números concernentes ao sexismo e outras formas de opressão, por sua vez, indicam que essas temáticas não foram abordadas com a mesma frequência que as demais. Observamos que apenas 3 perfis trataram do tema do sexismo, enquanto 6 abordaram outras formas de opressão, como a causa LGBTQIAP+. Nesse contexto, é possível notar a carência de uma maior inclusão desses debates, visando desconstruir a ideia equivocada de que o veganismo é um assunto restrito a determinados grupos, como homens e pessoas de maior poder aquisitivo. Diante disso, faz-se necessário promover uma abordagem mais ampla e inclusiva, onde as discussões sobre sexismo e outras formas de opressão sejam incorporadas de forma mais proeminente.

Ao fortalecer a presença dessas temáticas nos perfis analisados e na disseminação das informações relacionadas ao veganismo, poder-se-ia efetivamente romper com a concepção restrita e limitadora, construída historicamente pela Sociedade Vegana. Essa evolução na

abordagem do veganismo contribuiria para que ele se torne uma plataforma mais abrangente, que engloba a luta contra todas as formas de opressão e busca por uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Por fim, o objetivo da análise do posicionamento dos perfis foi verificar se eles proporcionam uma abertura para reflexão e senso crítico em relação ao veganismo, tornando-o uma ferramenta de transformação social através dos conteúdos veiculados nas mídias sociais. Ao considerar as temáticas abordadas e as oportunidades de reflexão presentes nas publicações do feed, stories ou lives, foi possível inferir que 72,2% dos perfis permitem a construção de um veganismo crítico, como evidenciado na tabela 2.

Essa análise revela que uma parcela significativa dos perfis analisados está engajada em estimular uma visão mais aprofundada e consciente do veganismo, indo além de uma simples adoção de hábitos alimentares, mas buscando criar um espaço para o questionamento e a conscientização sobre questões mais amplas relacionadas à ética, aos direitos dos animais e às interseções com outras formas de opressão.

Tabela 2 - Abordam o veganismo de forma crítica, auxiliando na reflexão sobre o tema		
	Frequência	Percentual
sim	13	72,20%
não	5	27,80%
total	18	100

Fonte: Dados levantados pela autora

Ao oferecer um ambiente propício para a reflexão e a crítica, esses perfis ampliam as possibilidades de engajamento dos seguidores, encorajando-os a se tornarem agentes de mudança social. Com o acesso a conteúdos informativos e questionadores, os usuários são convidados a repensar suas escolhas e ações, tornando o veganismo não apenas uma opção alimentar, mas um movimento com potencial para contribuir significativamente na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente.

Assim, ao fomentar o veganismo crítico por meio das mídias sociais, esses perfis desempenham um papel relevante na disseminação de valores e ideias que transcendem o âmbito individual, visando promover transformações positivas em níveis sociais e culturais mais amplos. A abertura para o diálogo e a reflexão apresentada por esses perfis fortalece o movimento vegano, permitindo que ele se torne uma poderosa ferramenta para a mudança e a construção de um mundo mais respeitoso com todas as formas de vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

John Zerzan, em sua obra *Futuro Primitivo* (1999), expõe as transformações observadas na relação entre os seres humanos e os demais elementos da natureza, de forma a evidenciar as tentativas de distanciamento desses elementos, revelando o aparecimento das primeiras formas de dominação. A ideia do autor nos mostra que as sociedades caçadoras-coletoras possuíam uma relação de intimidade com a natureza, de alimentação predominantemente vegetal e sem uma divisão social e sexual do trabalho. O surgimento da domesticação, da agricultura e da submissão a sacerdotes fizeram com que a relação harmoniosa entre seres humanos e os demais elementos da natureza fosse desmantelada gradualmente, evidenciando a transição de uma lógica de subsistência para uma lógica de acumulação.

A partir de Marx (2013), é possível observar que a acumulação primitiva teve como base a alta lucratividade da manufatura flamenga de lã e a conversão de terras cultiváveis para pastos para ovelhas. Com isso, podemos observar as contribuições de Harvey (2004) ao pontuar que tal acumulação se deu através da espoliação a partir da retirada forçada das terras dos camponeses, a fim de delimitá-las. O exposto, por sua vez, contribui para a noção de que animais humanos e não-humanos tiveram suas existências ceifadas em detrimento do acúmulo de capital.

Milton Santos, em sua obra *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* (2002), contribui para o entendimento da continuidade nas transformações e distanciamentos entre os seres humanos e os demais elementos da natureza, de forma a demonstrar uma transição do meio natural para um meio cada vez mais artificializado. A chamada Revolução Verde demonstra a evolução dessa artificialização, uma vez que substituiu formas de agricultura já existentes para outras mais funcionais aos anseios capitalistas. Como demonstra Porto-Gonçalves (2004), essa “revolução” agravou ainda mais as condições de subconsumo, principalmente para a população rural impelida ao êxodo, uma vez que a mecanização do campo funcionou para atender as necessidades do mercado de commodities, deixando-os incapazes de competir com as grandes corporações. Com isso, podemos observar que os recursos naturais retirados não são voltados para alimentação da população, causando enormes índices de insegurança alimentar no país. A produção de soja e “carne bovina” para exportação traz lucros exorbitantes, mas nada do que é produzido volta-se para o interesse interno.

Os expostos visaram colaborar para uma análise assertiva do veganismo a partir do posicionamento de 18 ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo nas mídias sociais pois, a partir de Martina Davidson (2021), foi possível reconhecer que o veganismo, cunhado

por Donald Watson no Reino Unido, pouco se preocupava com as questões sociais e ambientais apresentadas neste trabalho.

Assim, para dar base ao entendimento sobre a problemática deste veganismo e suas preocupações, utilizamos as contribuições de Aníbal Quijano (2005) no que tange às evidências de que o racismo, o sexismo e o especismo tiveram como base a mesma lógica colonial e capitalista e, portanto, podem encontrar na atuação conjunta uma forma de efetiva libertação, tanto para animais humanos quanto para não-humanos.

Foi possível perceber, a partir de Quijano (2005), que o processo colonial europeu tomou a Europa como base da civilização, contrapondo os “não-europeus” como inferiores, sendo eles os povos negros e os povos indígenas, por exemplo. Thomas (1989), por sua vez, contribui para a noção de que tal lógica também menosprezava animais não-humanos, evidenciando que por não possuírem fala, eram considerados inferiores por não poderem expressar sua superioridade sobre os animais humanos. Da mesma forma, “a ética da dominação humana removia os animais da preocupação do homem, mas também legitimava os maus tratos àqueles que supostamente viviam numa condição animal” (THOMAS, 1989, p.53), evidenciando uma justificativa à violência tanto para animais humanos quanto para não-humanos.

Posto isso, Davidson (2021) analisou edições da revista *Vegan News*, no qual foi cunhado o termo *Vegan*, em 1945 pela Sociedade Vegana, a fim demonstrar que desde sua fundação, as preocupações as quais voltavam o veganismo na época se davam em torno das questões alimentares, coerentes com as políticas de Estado da época e, portanto, distantes de criticidades sobre a violência a animais não-humanos e pautas sociais e ambientais.

Sendo assim, a análise dos 18 ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo buscou entender se tais agentes contribuem para a construção de um veganismo crítico, que leve em consideração todas as mazelas decorrentes da lógica colonial e capitalista exposta neste trabalho ou se, por outro lado, continuam a abordar o veganismo como uma questão de escolha individual, acrítico e pautado na alimentação, assim como faziam aqueles que compunham a *Vegan News*.

A análise dos resultados, por sua vez, demonstrou que os agentes contribuem para a dissolução da ideia de que o veganismo é algo isolado e meramente restrito à alimentação, desvinculado das questões sociais, ambientais e políticas. Ao abordarem temas como racismo, desigualdade socioeconômica, capitalismo e agronegócio, os ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo revelaram uma preocupação em construir um veganismo crítico e abrangente, que reconhece e confronta as mazelas decorrentes da lógica colonial e capitalista.

Em vez de encararem o veganismo como uma questão de escolha individual e acrítica, esses agentes enxergam-no como uma ferramenta para promover mudanças sistêmicas e promover uma sociedade mais justa. Ao ampliar o escopo do veganismo para além da dieta e incorporar análises interseccionais, eles buscam criar uma consciência mais abrangente sobre as implicações de nossas escolhas alimentares e como elas estão interligadas com as estruturas sociais mais amplas.

Portanto, ao abordarem temas sensíveis e complexos como racismo, desigualdade e capitalismo, os ativistas e grupos veganos do estado de São Paulo estão contribuindo de forma significativa para a construção de uma visão mais crítica e engajada do veganismo, que reconhece sua relevância não apenas no âmbito individual, mas também como uma questão coletiva e política de transformação social.

REFERÊNCIAS

ANIMAL ETHICS. Especismo. In: **Especismo**. [S. l.], 24 out. 2015. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org/especismo-pt/>. Acesso em: 5 set. 2023.

BARROT, J; MARTIN, F. **Eclipse e Reemergência do Movimento Comunista**. Tradução de Editora Virtual Revolucionária. Rio de Janeiro, 1997. 163p.

BESTAS de carga. Traduzido e editado por Victória Monteiro e Vinicius Siqueira. São Paulo: Colunas Tortas, 2015. Disponível em: <https://colunastortas.files.wordpress.com/2015/08/bestas-de-carga-veganismo-e-socialismo1.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

BRITO, Maria Laura; SANTOS, Robson Amaral. **Degradação Ambiental em Terras Indígenas**. [S.l.], 4 abr. 2023. Disponível em: <https://www.petesa.eng.ufba.br/blog/degradacao-ambiental-em-terras-indigenas>. Acesso em: 6 jun. 2023.

CAMALEÃO, Douglas. **Angela Davis, ex-Pantera Negra, fala sobre Direitos Animais e Sociedade**. [S. l.], 6 mar. 2014. Disponível em: <https://www.portalveganismo.com.br/noticias/angela-davis-ex-pantera-negra-fala-sobre-direitos-animais-e-sociedade/>. Acesso em: 27 set. 2023.

COLETIVO CAVALO. **O que o fogo no Pantanal tem a ver com o veganismo e anticapitalismo?**. São Paulo. 10 de set. de 2020. Instagram: @coletivocavalo. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CE-ZG3_FzwF/?img_index=1. Acesso em 20 de ago. de 2023.

DAVIDSON, Martina. **Veganismo, Vegan Society e a ausência de antiespecismo como preocupação política**. Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales, v. 8, n. 1, 2021.

DE SOUSA, R. A. D.; DA SILVA, I. B. **Os commodities agrícolas e a (in)segurança alimentar**. OKARA: Geografia em debate, v.14, n. 1, p. 4-20, 2020

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

FREDERICO, Samuel. **Lógica das commodities, finanças e cafeicultura**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2013.

GARRETT, K. Protest in an information society: **A review of literature on social movements and new ICTs**. Information, Communication and Society, Abingdon, v. 9, n. 2, p. 202-224, 2006.

GUERRA, Lolita Guimarães. **Mulheres na Pré-História dos livros didáticos: a divisão sexual do trabalho nas representações do paleolítico que se ensina**. 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

<https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628575005_ARQUIVO_2a63b24c311f4c5a2b291b2941ea0fb.pdf> Acesso em: 8 set. 2022.

HARVEY, David. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação.** *Socialist register*, v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.

_____. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993. 349 p.

HORTA, O. **O que é o especismo?** *Ethic@*, Florianópolis, v. 21, n. 1, 162-193. Mai. 2022.

JUNIOR, Osvaldo Aly. **Água e agronegócio: uma relação a ser mais bem examinada.** Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/agua-e-agronegocio-uma-relacao-a-ser-mais-bem-examinada/>> Acesso em 26 de junho de 2023.

LIMA, Ana Larissa S.; MOTA, Ana; WILLIAN, Kauan; PAVANI, Marcus; ALVES, Nicolý de Sousa; BITTENCOURT, Renato Libardi. **ANTIESPECISTAS: o manual do veganismo popular e revolucionário.** [S. l.]: Terra sem amos, 2021.

LIMA, Edson Kaique. **70% dos brasileiros usou redes sociais como fonte de informação.** [S. l.], 13 out. 2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/10/13/internet-e-redes-sociais/70-dos-brasileiros-usou-redes-sociais-como-fonte-de-informacao/>. Acesso em: 27 set. 2023.

MARX, Karl. **A assim chamada acumulação primitiva.** MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*, livro I, v. 2, 2013.

MAPAVEG. **Estatísticas.** [S. l.], 13 fev. 2016. Disponível em: <https://www.mapaveg.com.br/censo/estatisticas#>. Acesso em: 27 set. 2023.

MIGRANTES NA ROTA DA CARNE. [Locução de]: Nathália Iwasawa. São Paulo: Prato Cheio, 18 jul. 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/44Ubq2POFmm15Ld67pIbgV>. Acesso em: 27 set. 2023.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Exportação de carne bovina.** Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/9440>. Acesso em 14 de set. de 2023.

_____. **Exportação de soja, mesmo triturada.** Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/94402>. Acesso em 14 de set. de 2023.

MOVIMENTO NÃO MATE. [Sem título]. São Paulo. 18 de dez. de 2018. Instagram: @movimentonaomate. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BripCldnfcS/>> Acesso em 27 de ago. de 2023.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização.** *Sociedade & Natureza*, v. 22, p. 347-355, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. INTERThesis: Revista Internacional Interdisciplinar, v. 1, n. 1, p. 1, 2004.

PUTTI, Alexandre. **Veganismo antirracista: Conheça a estudante da periferia que milita pelo movimento**. [S. l.], 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/veganismo-antirracista-conheca-o-movimento-feito-por-uma-estudante-da-periferia>. Acesso em: 27 set. 2023.

SANTOS, Milton. **A totalidade do diabo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SAPAVEGANA. **Como é ser uma pessoa negra dentro do movimento vegano?** São Paulo. 23 de ago. de 2019. Instagram: @sapavegana. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B1g3swkFDhA/> Acesso em 27 de ago. de 2023.

SMITH, Richard (2015), **Green Capitalism: The God that Failed**. Bristol: World Economics Association Books.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VEGANO PERIFÉRICO. [Sem Título]. Campinas. 6 de set. de 2020. Instagram: @veganoperiferico. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CEzAixxFnq0/?img_index=1 Acesso em 27 de ago. de 2023.

VILLELA, Marina Cruz Vieira. **Ativismo digital: um estudo sobre blogs ativistas**. 2012. Dissertação (Mestrado em ciência política). Universidade de Brasília, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Sans action urgente, l'éléphant d'Afrique disparaîtra dans 20 ans**. [S. l.], 19 nov. 2019. Disponível em: <https://wwf.be/fr/actualites/sans-action-urgente-lelephant-dafrique-disparaitra-dans-20-ans>. Acesso em: 27 set. 2023.

ZERZAN, J. **Futuro Primitivo**. Coletivo Sabotagem. 1999